



Relatório de Gestão e Prestação de Contas

Exercício de 2017



MUNICÍPIO
**PORTO
DE
MÓS**

www.municipio-portodemos.pt

Conteúdo

A.	ÍNDICE DA INFORMAÇÃO GRÁFICA	3
B.	ABREVIATURAS	5
C.	INTRODUÇÃO	6
D.	RELATÓRIO DE GESTÃO	9
1.	Organização Municipal	9
1.1	Órgãos Autárquicos	9
1.2	Organização dos Serviços Municipais	9
2.	Recursos Humanos	10
2.1	Total de Trabalhadores	10
2.2	Despesa com Pessoal	12
3.	Análise Económica e Financeira e Orçamental	14
3.1	Equilíbrio Orçamental	14
3.2	Execução Orçamental da Receita	15
3.3	Execução Orçamental da Despesa	21
3.3.1	Despesa Corrente	23
3.3.2	Despesa de Capital	26
3.4	Relacionamento da Despesa com a Receita	28
3.5	Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano	32
3.6	Execução Orçamental do Plano do Plurianual de Investimentos	36
3.7	Execução Orçamental das Actividades Mais Relevantes	37
3.8	Evolução da Dívida	38
3.9	Posição Face aos Limites de Endividamento	40
3.10	Responsabilidades Contingentes	41
3.11	Indicadores de Gestão e de Execução Orçamental	41
3.12	Consolidação de Contas	42
3.13	Contabilidade de custos	44
3.14	Resultado Líquido do Exercício	47
4.	Relatório do Estatuto do Direito de Oposição	48
5.	Factos Relevantes Pós Exercício	51
6.	Atividade Municipal	52
6.1	Administração Geral	53
6.2	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	53
6.3	Educação	54
6.4	Saúde	55
6.5	Ação social	56
6.6	Ordenamento do Território	57
6.7	Saneamento	58
6.8	Abastecimento de Água	60
6.9	Resíduos Sólidos	61
6.10	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	63
6.11	Cultura	63
6.12	Desporto e Tempos Livres	64
6.13	Indústria e Energia	65
6.14	Transportes e comunicações	65
6.15	Transferências entre Administrações	66
6.16	Empreitadas	67
6.17	Candidaturas a Fundos Comunitários	70

07 17

Sta. Jara
Teleg
R
P



E.	DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	72
1.	Balanço	73
2.	Demonstração de Resultados.....	74
3.	Controlo Orçamental da Receita	75
4.	Controlo Orçamental da Despesa.....	76
5.	Execução das Grandes Opções do Plano.....	77
6.	Execução do Plano Plurianual de Investimentos	78
7.	Execução das Atividades Mais Relevantes	79
8.	Fluxos de Caixa (Resumo e Desagregado).....	80
9.	Contas de Ordem.....	81
10.	Operações de Tesouraria.....	82
11.	Descontos e Retenções	83
12.	Entrega de Descontos e Retenções	84
13.	Caracterização da Entidade.....	85
14.	Anexos às Demonstrações Financeiras	86
15.	Modificações do Orçamento – Receita.....	87
16.	Modificações do Orçamento – Despesa	88
17.	Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	89
18.	Modificações às Atividades Mais Relevantes	90
19.	Contratação Administrativa - Situação dos Contratos.....	91
20.	Transferências Correntes – Despesa	92
21.	Transferências de Capital – Despesa	93
22.	Subsídios Concedidos	94
23.	Transferências Correntes – Receita	95
24.	Transferências de Capital – Receita.....	96
25.	Subsídios Obtidos	97
26.	Ativos de Rendimento Fixo	98
27.	Activos de Rendimento Variável.....	99
28.	Participações Societárias e Não Societárias	100
29.	Alienação de Participações Societárias	101
30.	Empréstimos Obtidos	102
31.	Outras Dívidas a Terceiros	103
32.	Dívidas a Fornecedores; por Maturidade	104
33.	Síntese das Reconciliações Bancárias.....	105
34.	Mapa de Fundos de Maneio.....	106
35.	Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais.....	107
36.	Relação de Acumulação de Funções	108
37.	Relação Nominal de Responsáveis	109
38.	Declaração de Compromissos Plurianuais	110
39.	Declaração de Pagamentos em Atraso	111
40.	Declaração de Recebimentos em Atraso	112
41.	Certificação Legal de Contas e Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas.....	113

A. ÍNDICE DA INFORMAÇÃO GRÁFICA

Quadros

- Quadro 1 – Documentos de prestação de contas
- Quadro 2 – Organigrama dos Serviços Municipais
- Quadro 3 – Evolução do total de trabalhadores
- Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira
- Quadro 5 – Evolução da despesa com pessoal
- Quadro 6 – Evolução da despesa com pessoal, variação ao ano anterior
- Quadro 7 – Execução orçamental da receita e da despesa de 2017
- Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos do RFALEI
- Quadro 9 – Evolução da estrutura da receita, 2015-2017, peso das rubricas
- Quadro 10 – Evolução da estrutura da receita, variação 2015-2017
- Quadro 11 – Evolução da estrutura da despesa, 2015-2017, peso por rúbricas
- Quadro 12 – Estrutura da despesa, variação 2015-2017
- Quadro 13 – Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2015-2017
- Quadro 14 – Rubricas relevantes na despesa de Aquisição de Bens e Serviços
- Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2015-2017
- Quadro 16 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2015-2017
- Quadro 17 – Estrutura da receita e da despesa, 2017
- Quadro 18 – Execução das Grandes Opções do Plano
- Quadro 19 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos
- Quadro 20 – Execução das Actividades Mais Relevantes
- Quadro 21 – Evolução da dívida
- Quadro 22 – Cronograma de subscrição do FAM
- Quadro 23 – Posição do limite face à dívida total
- Quadro 24 – Indicadores de gestão e de Execução Orçamental 2014-2017
- Quadro 25 – Perímetro da consolidação, nos termos do RFALEI
- Quadro 26 – Apuramento de Custos por função
- Quadro 27 – Evolução das Grandes Opções do Plano 2011-2017
- Quadro 28 – Evolução do Volume de Efluentes tratados
- Quadro 29 – Desempenho do Sistema de Abastecimento de Água 2011-2017
- Quadro 30 – Evolução do Sistema de Resíduos 2011-2017
- Quadro 31 – Ponto de situação – candidaturas ao Portugal 2020

Gráficos

- Gráfico 1 – Evolução do total de trabalhadores
- Gráfico 2 – Evolução da despesa com pessoal
- Gráfico 3 – Evolução da despesa com pessoal, por trabalhador
- Gráfico 4 – Estrutura da receita de 2017
- Gráfico 5 – Estrutura dos impostos directos de 2017
- Gráfico 6 – Estrutura das transferências correntes e de capital de 2017
- Gráfico 7 – Evolução da estrutura da receita, variação 2015-2017
- Gráfico 8 – Estrutura da receita, variação relativa 2015-2017
- Gráfico 9 – Estrutura da despesa total de 2017
- Gráfico 10 – Estrutura da despesa corrente de 2017
- Gráfico 11 – Evolução da despesa corrente, variação 2015–2017
- Gráfico 12 – Estrutura da despesa de capital de 2017
- Gráfico 13 – Evolução da estrutura da despesa de capital, variação 2015-2017
- Gráfico 14 – Evolução da receita, 2015–2017
- Gráfico 15 – Evolução da despesa, 2015-2017
- Gráfico 16 – Evolução da receita e da despesa corrente, 2015–2017
- Gráfico 17 – Evolução da receita e da despesa de capital, 2015–2017
- Gráfico 18 – Relacionamento da receita e da despesa da mesma natureza, 2015–2017
- Gráfico 19 – Receita corrente afecta a investimento, 2015–2017
- Gráfico 20 – Execução das Grandes Opções do Plano, por funções
- Gráfico 21 – Execução das Grandes Opções do Plano, por objectivos
- Gráfico 22 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos/previsto), por funções
- Gráfico 23 – Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos), peso por função
- Gráfico 24 – Evolução da dívida, 2012-2017
- Gráfico 25 – Estrutura da dívida de 2017
- Gráfico 26 – Evolução da função - Administração Geral
- Gráfico 27 – Evolução da função – Proteção Civil e Luta contra Incêndios
- Gráfico 28 - Evolução da função – Educação
- Gráfico 29 - Evolução da função – Saúde
- Gráfico 30 - Evolução da função – Ação Social
- Gráfico 31 - Evolução da função – Ordenamento do Território
- Gráfico 32 - Evolução do número de Licenciamento Urbanísticos
- Gráfico 33 - Evolução da função – Saneamento
- Gráfico 34 - Evolução do Volume de Efluentes tratados (m3)
- Gráfico 35 - Evolução da função – Abastecimento de Água
- Gráfico 36 - Evolução do desempenho de Abastecimento de Água
- Gráfico 37 - Evolução da função – Resíduos Sólidos
- Gráfico 38 - Evolução do sistema de Resíduos
- Gráfico 39 - Evolução da função – Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza
- Gráfico 40 - Evolução da função – Cultura
- Gráfico 41 - Evolução da função – Desporto, Recreio e Lazer
- Gráfico 42 - Evolução da função – Indústria e Energia
- Gráfico 43 - Evolução da função – Transportes e Comunicações
- Gráfico 44 - Evolução da função – Transferências entre Administrações
- Gráfico 45 – Ponto de situação - Candidaturas ao Portugal 2020

07 A7 A7

Lucas T. de L.



dos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

B. ABREVIATURAS

- **CIVA** – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
- **DGAL** – Direcção-Geral das Autarquias Locais
- **FAM** – Fundo de Apoio Municipal, regulado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto
- **POCAL** – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro
- **RFALEI** – Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, publicado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro

C. INTRODUÇÃO

Em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001, - *Instruções nº 1/2001 — 2ª Secção — instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)* - publicada na II Série do Diário da Republica, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013, - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 14 de Novembro de 2013, publicada no Diário da República (com a indicação Resolução n.º 26/2013), 2.ª Série, n.º 226, de 21 de Novembro de 2013, resultam para o Município de Porto de Mós, como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

Quadro 1 – Documentos de prestação de contas

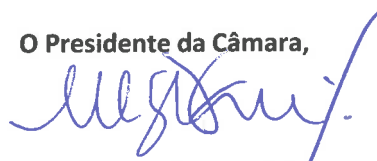
N.º	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO POCAL	GRUPO 1	Pontos dos Documentos de Prestação de Contas
1	• Balanço	5	X	1
2	• Demonstração de resultados	6	X	2
3.1	• Controlo orçamental da despesa	7.1	X	4
3.2	• Balancete das grandes opções do plano	7.4	X	5
3.3 e 23	• Balancete do plano plurianual de investimentos	7.4 e 8.3.3.	X	6
3.4	• Balancete das actividades mais relevantes	7.4	X	7
4	• Controlo orçamental da receita	7.2	X	3
5	• Fluxos de caixa	7.3.	X	8
6.1	• Contas de ordem	7.5	X	9
6.2	• Operações de tesouraria	7.6	X	10
17	• Caracterização da entidade	8.1	X	13
18	• Notas ao balanço e à demonstração de resultados	8.2	X	14
19.1	• Modificações do orçamento - despesa	8.3.1.2	X	16
19.2	• Modificações ao plano purianual de investimentos	8.3.1.2	X	17
19.3	• Modificações às actividades mais relevantes	8.3.1.2	X	18
20	• Modificações do orçamento - receita	8.3.1.1	X	15
21 e 22	• Contratação administrativa	8.3.3	X	19
24	• Transferências correntes - despesa	8.3.4.1	X	20
25	• Transferências de capital - despesa	8.3.4.2	X	21
26	• Subsídios concedidos	8.3.4.3	X	22
27	• Transferências correntes - receita	8.3.4.4	X	23
28	• Transferências de capital - receita	8.3.4.5	X	24
29	• Subsídios obtidos	8.3.4.6	X	25
30	• Activos de rendimento fixo	8.3.5.1	X	26
31	• Activos de rendimento variável	8.3.5.2	X	27
32	• Empréstimos	8.3.6.1	X	30
32	• Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	X	31
33	• Relatório de gestão	13	X	--
34	• Guia de remessa	--	X	--
35	• Relação nominal de responsáveis	--	X	37
36	• Acta da reunião de apreciação das contas	--	X	--
37	• Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X	--
38	• Relação dos documentos de receita e de despesa	--	X	--
39	• Certidões dos extractos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício	--	X	--
40	• Certidões dos juros obtidos no exercício	--	X	--
41	• Certidões das verbas referidas de outras entidades	--	X	--
42 e 43	• Reconciliações bancárias	--	X	33
44	• Relação de acumulação de funções	--	X	36
45	• Balancetes sintéticos após o apuramento dos resultados	--	X	--
46	• Relatório e parecer do órgão de fiscalização	--	X	--
--	• Mapa de Fundos de Maneio	--	X	34
--	• Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais	--	X	35
--	• Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X	--

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresentamos à aprovação da Câmara Municipal o Relatório de Gestão relativo ao Exercício de 2017 e respetivos Documentos de Prestação de Contas.

À Câmara Municipal incumbirá, em coerência com a alínea i) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submeter estes documentos à Assembleia Municipal para que este Órgão Deliberativo, no exercício das competências que lhe atribui a alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º do mesmo diploma, os aprecie e vote.

Município de Porto de Mós, 31 de Março de 2018,

O Presidente da Câmara,



(José Jorge Couto Vala)

D. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Organização Municipal

1.1 Órgãos Autárquicos

De acordo com o disposto no n.º 2 do Artigo 75.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das autarquias locais têm a duração de quatro anos.

No ano de 2017 ocorreram eleições autárquicas que elegeram órgãos municipais para o mandato 2017-2021, tendo ocorrido a posse dos eleitos a 18 de outubro de 2017, pelo que o relatório ora apresentado se consubstancia numa análise fática do exercício de todo o ano de 2017, onde a responsabilidade de gestão deste executivo foi de cerca de 2 meses, sendo que a aprovação e execução dos documentos previsionais são da responsabilidade dos eleitos do mandato anterior, sem prejuízo das responsabilidades que cabem, de forma democrática a este executivo.

Todo o descritivo será baseado nesta circunstância em que se está a avaliar a execução da estratégia delineada para o ano de 2017 por outros eleitos, sendo que a presente prestação de contas descreve apenas de forma real e fotográfica a execução dos instrumentos de gestão do ano de 2017.

A responsabilidade executiva do Exercício de 2017 encontra-se descrita no ponto 33 dos Documentos de Prestação de Contas – “Relação Nominal de Responsáveis”.

1.2 Organização dos Serviços Municipais

O modelo de estrutura orgânica – estrutura hierarquizada constituída por unidades orgânicas flexíveis, da Câmara Municipal de Porto de Mós, no ano económico em análise, foi aprovado pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 20 de dezembro de 2012, no uso da competência prevista na alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. O Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal que vigorou no ano em análise foi aprovado em reunião de Câmara de 27 de Dezembro de 2012, tendo sido publicado em Diário da República II Série n.º 17 em 24 de Janeiro de 2013.

01

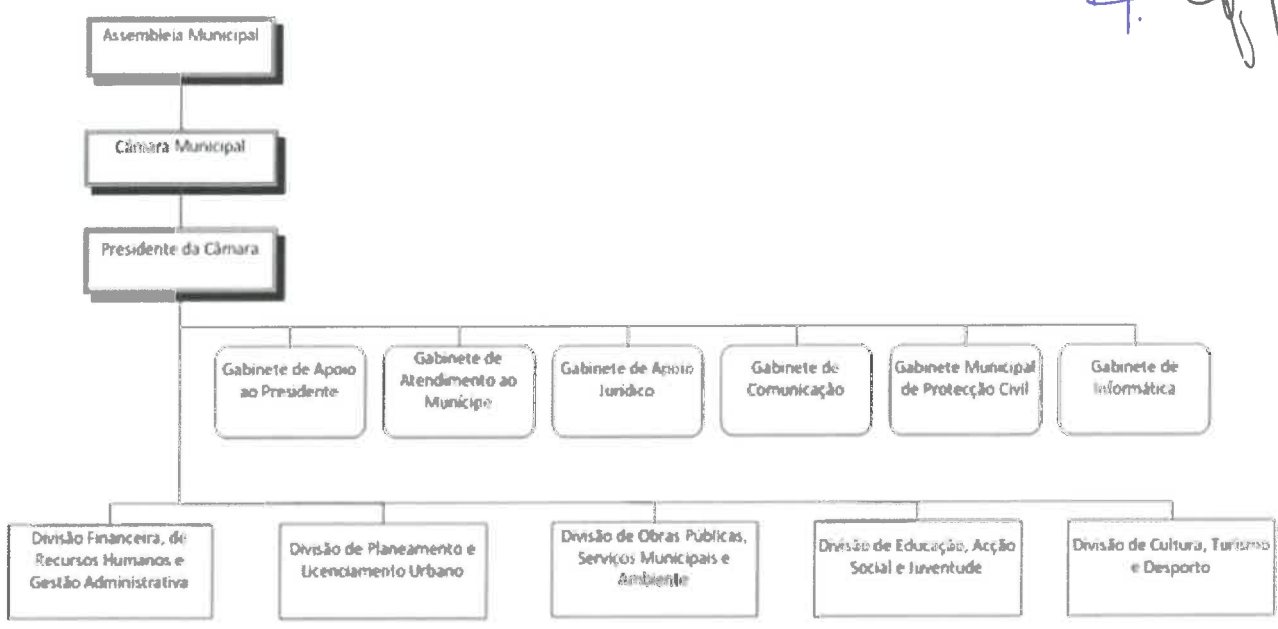
AF 17

Sofia

Os serviços municipais estão representados na seguinte apresentação gráfica:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Sofia', 'Telu', and 'Jau'.

Quadro 2 - Organograma dos Serviços Municipais



2. Recursos Humanos

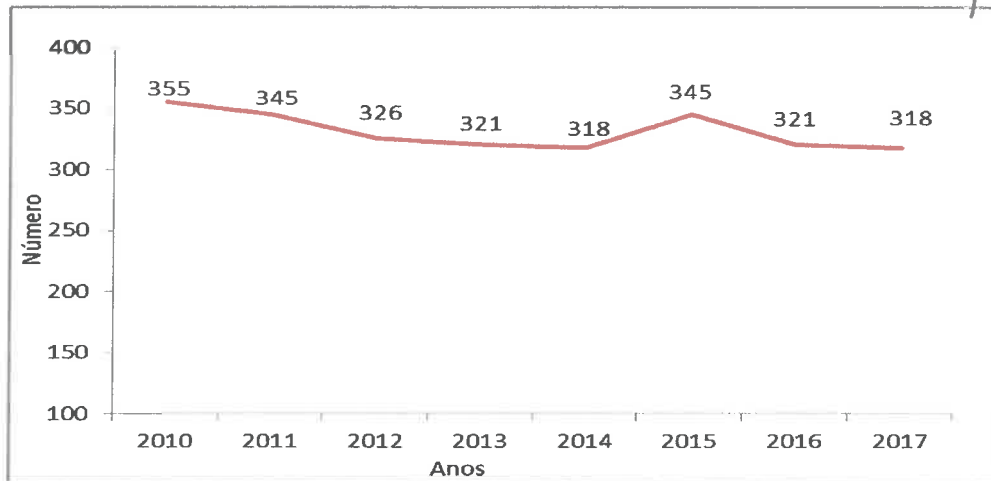
2.1 Total de Trabalhadores

Em 31 de Dezembro de 2017 o número de trabalhadores ao serviço do Município de Porto de Mós fixava-se em 318.

Quadro 3 – Evolução do total de trabalhadores

ANO	Número de trabalhadores (inclui avenças)	Eleitos locais em regime de permanência e membros dos respetivos gabinetes	Número total de trabalhadores
2010	349	6	355
2011	338	7	345
2012	319	7	326
2013	315	6	321
2014	311	7	318
2015	338	7	345
2016	314	7	321
2017	313	5	318

Gráfico 1- Evolução do total de trabalhadores



A distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira, é a que resulta do quadro seguinte, que expressa, também, a comparação com os sete anos anteriores a 2017.

Quadro 4 - Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira

	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Pessoal contratado por tempo indeterminado:	261	279	278	276	273	266	261	258
Pessoal dirigente	3	3	3	3	3	3	3	3
Pessoal técnico superior	24	28	28	29	29	29	29	31
Pessoal carreiras não revistas	1	1	1	1	1	1	1	1
Pessoal de informática	3	3	3	3	3	3	3	3
Assistente Técnico	60	60	60	61	62	62	60	62
Assistente Operacional	170	184	183	179	175	168	165	158
Pessoal contratado por tempo resolutivo certo:	79	49	31	28	26	60	44	46
Pessoal técnico superior	3					22		1
Assistente Técnico	2	2				2		
Assistente Operacional	74	47	31	28	26	36	44	45
Pessoal de informática	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações:	15	17	17	17	19	19	16	14
Pessoal em apoio aos Órgãos	1	2	2	2	2	2	2	2
Eleitos locais em regime de permanência	5	5	5	5	5	5	5	3
Prestadores de serviços	9	10	10	10	12	12	9	9
TOTAIS	355	345	326	321	318	345	321	318

A maioria dos trabalhadores do Município tem um vínculo por tempo indeterminado (CTFP) ascendendo a 258, com contrato a termo certo são 46 e outras situações 14.

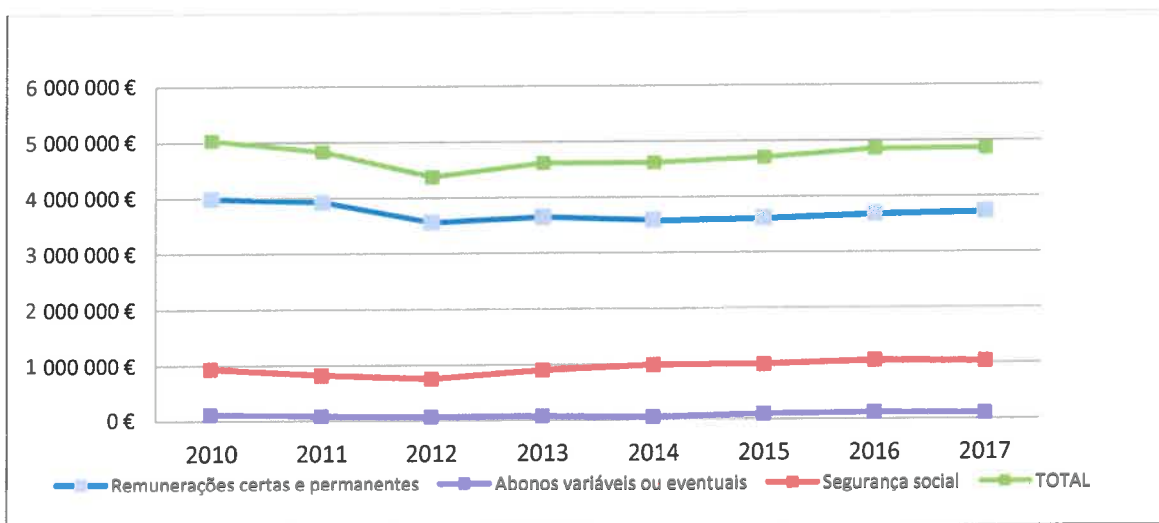
2.2 Despesa com Pessoal

Em 2017 as despesas totais com pessoal fixaram-se em 4.853.176,67€, representando um acréscimo de 0,08% (4.090,07€) relativamente ao exercício anterior, em que não tem qualquer expressão face aos valores da execução orçamental global.

O acréscimo terá sido substancialmente alavancado pelo aumento do salário mínimo nacional e de lembrar que os trabalhadores da administração pública têm tido os seus salários congelados nos últimos anos.


O quadro e gráficos seguintes suportam análise à evolução das despesas com pessoal no horizonte 2010-2017, segregando remunerações, abonos e segurança social, globalmente e em média (por trabalhador).

Gráfico 2 - Evolução da despesa com pessoal (Valores totais)



Quadro 5 - Evolução da despesa com pessoal

Ano	N.º de trabalhadores	Despesa com pessoal (valores pagos)							
		Remunerações certas e permanentes		Abonos variáveis ou eventuais		Segurança social		TOTAL	
		Total (€)	Por trabalhador (€)	Total (€)	Por trabalhador (€)	Total (€)	Por trabalhador (€)	Total (€)	Por trabalhador (€)
2010	355	3 981 720,09	11 216,11	109 152,91	307,47	934 254,30	2 631,70	5 025 127,30	14 155,29
2011	345	3 919 913,49	11 362,07	85 221,62	247,02	820 864,00	2 379,32	4 825 999,11	13 988,40
2012	326	3 549 129,72	10 886,90	65 110,93	199,73	754 392,09	2 314,09	4 368 632,74	13 400,71
2013	321	3 640 102,90	11 339,88	72 743,77	226,62	899 134,47	2 801,04	4 611 981,14	14 367,54
2014	318	3 575 487,07	11 243,67	51 751,51	162,74	983 481,71	3 092,71	4 610 720,29	14 499,12
2015	345	3 612 758,80	10 471,76	97 234,31	281,84	987 989,60	2 863,74	4 697 982,71	13 617,34
2016	321	3 680 561,55	11 465,92	114 692,78	357,30	1 053 832,27	3 282,97	4 849 086,60	15 106,19
2017	318	3 717 397,28	11 689,93	99 657,15	313,39	1 036 122,24	3 258,25	4 853 176,67	15 261,56

João

releg
João

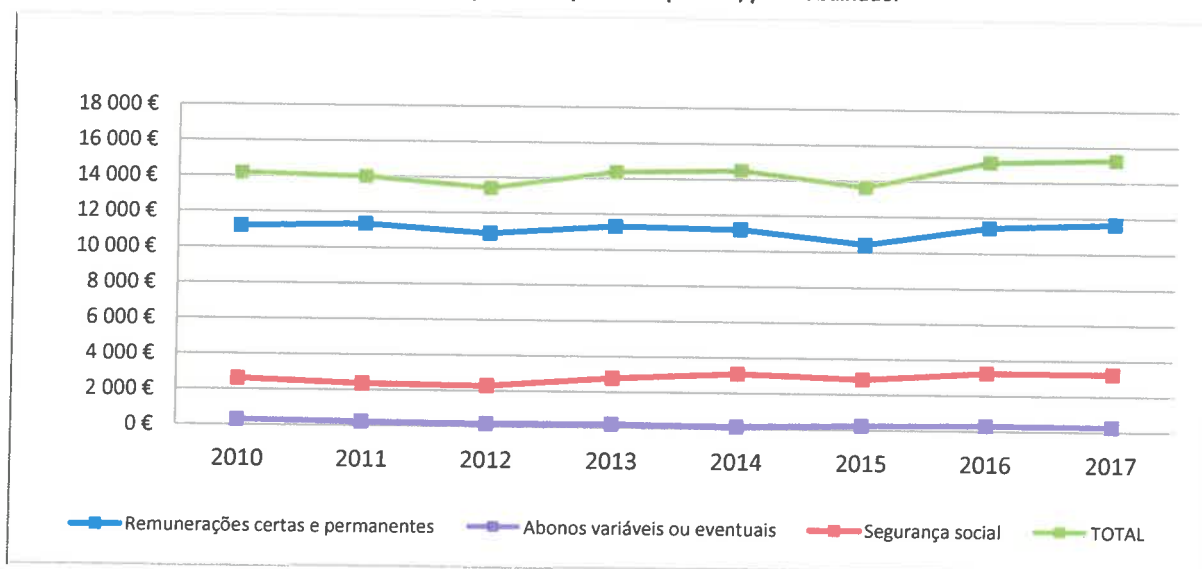
O quadro acima revela o valor das despesas com pessoal e a evolução desde 2010 a 2017. Podemos constatar que a despesa com pessoal verificou um ligeiro acréscimo comparativamente ao ano transato.

Quadro 6 - Evolução da despesa com pessoal, variação ao ano anterior

Ano	N.º de trabalhadores	Despesa com pessoal (valores pagos)							
		Remunerações certas e permanentes		Abonos variáveis ou eventuais		Segurança social		TOTAL	
		Euros	Variação ao ano anterior	Euros	Variação ao ano anterior	Euros	Variação ao ano anterior	Euros	Variação ao ano anterior
2010	355	3.981.720,09	0,00%	109.152,91	0,00%	934.254,30	0,00%	5.025.127,30	0,00%
2011	345	3.919.913,49	-1,55%	85.221,62	-21,92%	820.864,00	-12,14%	4.825.999,11	-3,96%
2012	326	3.549.129,72	-9,46%	65.110,93	-23,60%	754.392,09	-8,10%	4.368.632,74	-9,48%
2013	321	3.640.102,90	2,56%	72.743,77	11,72%	899.134,47	19,19%	4.611.981,14	5,57%
2014	318	3.575.487,07	-1,78%	51.751,51	-28,86%	983.481,71	9,38%	4.610.720,29	-0,03%
2015	345	3.612.758,80	1,04%	97.234,31	87,89%	987.989,60	0,46%	4.697.982,71	1,89%
2016	321	3.680.561,55	2,94%	114.692,78	17,96%	1.053.832,27	6,66%	4.849.086,60	3,22%
2017	318	3.717.397,28	2,90%	99.657,15	-13,11%	1.036.122,24	-1,68%	4.853.176,67	0,08%

Da análise do quadro supra, concluímos que, como já foi referido, a despesa total com o pessoal teve um pequeno acréscimo de cerca de 0,08% relativamente ao período homólogo.

Gráfico 3 - Evolução da despesa com pessoal, por trabalhador



3. Análise Económica e Financeira e Orçamental

3.1 Equilíbrio Orçamental

A receita municipal, para efeitos de aferição do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, apresenta um registo 21.018.922,14€. Neste valor está incluído o montante de 2.871.412,89€ provenientes de reposições (999,13€) e do saldo da gerência anterior (2.870.413,76€).

A despesa paga fixou-se em 18.909.250,98€.

Quadro 7 - Execução orçamental da receita e da despesa de 2017

	Previsão corrigida	Realizado/Pago	Peso relativo das componentes realizadas	Desvio
Receita Corrente	15 875 131,00€	16 468 450,98€	78,35%	3,74%
Receita de Capital	3 109 317,00€	1 679 058,27€	7,99%	-46,00%
Outras receitas	2 871 413,76€	2 871 412,89€	13,66%	0,00%
Total	21 855 861,76€	21 018 922,14€	100,00%	-3,83%
Despesa Corrente	13 942 695,58€	12 613 157,82€	66,70%	-9,54%
Despesa de Capital	7 913 166,18€	6 296 093,16€	33,30%	-20,44%
Total	21 855 861,76€	18 909 250,98€	100,00%	-13,48%

Da execução resulta a cobertura das despesas totais pelas receitas totais, remanescendo um saldo de 2.109.671,16 € que traduz o saldo para a gerência seguinte, com o Mapa de Fluxos de Caixa, ratificado em reunião da Câmara Municipal ocorrida em 18 de janeiro de 2018.

A cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes foi também assegurada, remanescendo um saldo de 3.855.293,16€.

A execução orçamental revela pois o cumprimento princípio do equilíbrio orçamental que emana da alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Em matéria de equilíbrio orçamental corrente, deve ainda considerar-se o conceito que emana do Artigo 40.º do RFALEI, segundo o qual “a receita corrente bruta deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos do RFALEI

Equilíbrio orçamental corrente nos termos do RFALEI

(Receitas correntes ≥ (Despesas correntes + Amortizações médias das operações MLP)

1. Receitas correntes cobradas brutas	16 468 451€
2. Despesas correntes pagas	12 613 158€
3. Amortizações médias das operações MLP	342 398€
4. Saldo (1- (2+3))	3 512 895€
	21,33%

O Exercício de 2017 regista um saldo corrente de 3,513m€ (21,33% sobre a receita corrente), o que demonstra o cumprimento do equilíbrio corrente, nos termos do Artigo 40.º do RFALEI.

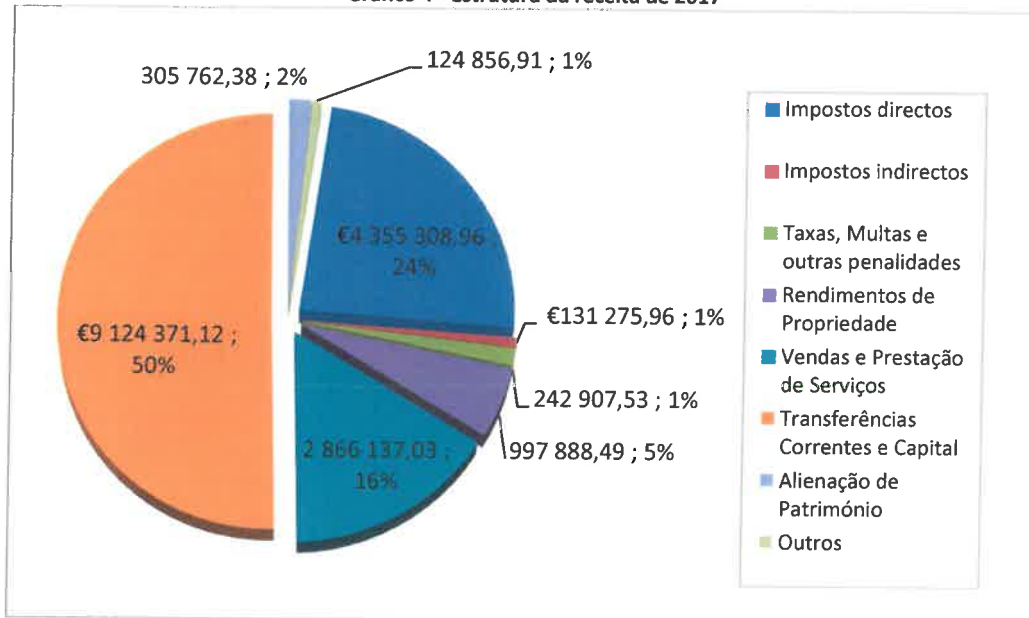
3.2 Execução Orçamental da Receita

No ano 2017, o grau de execução da receita total foi de 95,89% em relação à receita global prevista em orçamento.

Com uma previsão inicial de 18.985.448€ acrescida do saldo de gerência totalizou 21.855.861,76€, tendo sido executado 20.957.548,45€ (95,89%).

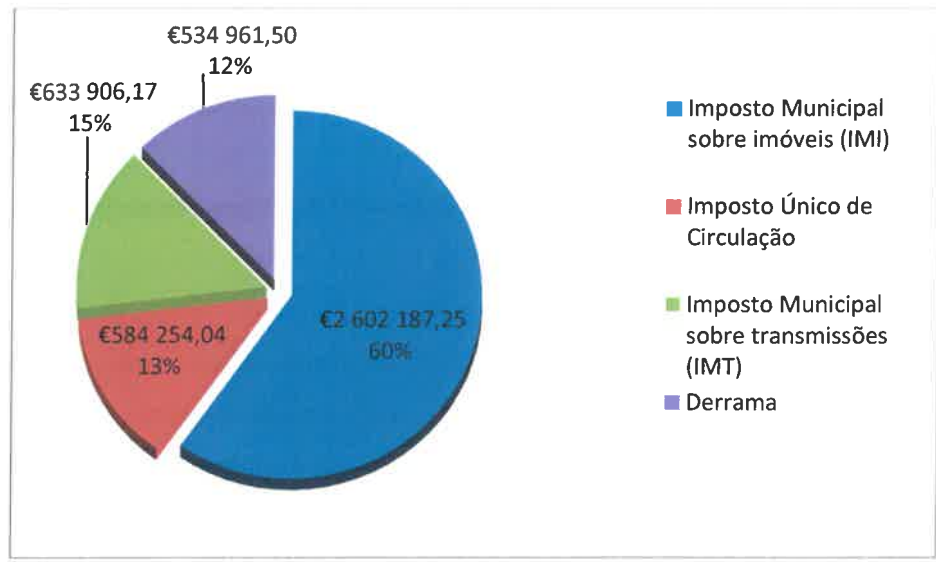
No gráfico infra está evidenciada a estrutura da receita total do Município no ano 2017. As transferências correntes e de capital representam cerca de 50% da receita total do Município no ano 2017 ascendendo a 9.124.371,12€. A segunda maior fonte de financiamento é proveniente dos impostos directos com uma taxa de 24%.

Gráfico 4 - Estrutura da receita de 2017



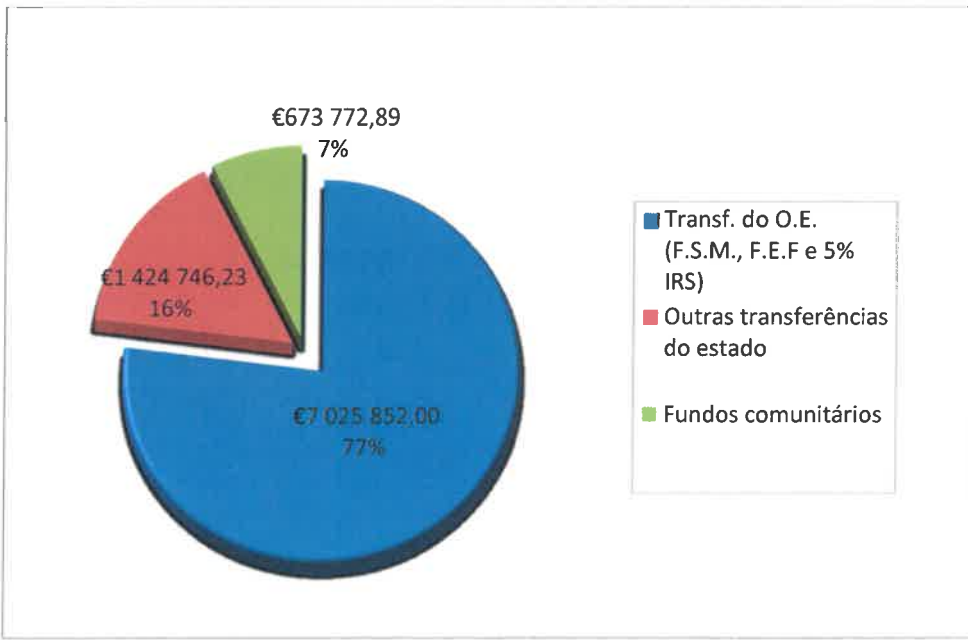
O Município arrecadou de impostos diretos o montante de 4.355.308,9€. A receita proveniente do imposto municipal de imóveis (IMI), representou 60% dessa receita conforme gráfico infra.

Gráfico 5 - Estrutura dos impostos diretos de 2017



As transferências do orçamento de Estado representam 50% do total das receitas da municípios, o Fundo de Equilíbrio financeiro (corrente e de capital) representam 77% do total das transferências.

Gráfico 6 - Estrutura das transferências Correntes e de Capital 2017



Os dois próximos quadros expressam a evolução da receita executada, no horizonte 2015 – 2017, por rubrica e em variação homóloga.

Quadro 9 - Evolução da estrutura da receita, 2015-2017, peso das rubricas

		2015		2016		2017	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1	Impostos diretos	4 012 972,98	22,11%	4 204 994,56	23,17%	4 355 308,96	24,00%
	Imposto Municipal sobre imóveis (IMI)	2 710 273,18	14,93%	2 547 113,35	14,03%	2 602 187,25	14,34%
	Imposto Único de Circulação	529 152,78	2,92%	548 489,92	3,02%	584 254,04	3,22%
	Imposto Municipal sobre transmissões (IMT)	399 146,18	2,20%	569 139,90	3,14%	633 906,17	3,49%
	Derrama	356 873,44	1,97%	540 251,39	2,98%	534 961,50	2,95%
	Impostos Abolidos (sisa e contr. Autárquica)	17 527,40	0,10%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2	Impostos indiretos	61 360,47	0,34%	124 817,95	0,69%	131 275,96 €	0,72%
	Loteamentos e obras	16 703,32	0,09%	80 174,01	0,44%	102 664,72	0,57%
	Outros	44 657,15	0,25%	44 643,94	0,25%	28 611,24	0,16%
4	Taxas, Multas e outras penalidades	299 536,95	1,65%	291 449,19	1,61%	242 907,53	1,34%
	Mercados e feiras	10 640,76	0,06%	14 114,47	0,08%	13 660,05	0,08%
	Loteamento e Obras	68 098,34	0,38%	55 772,27	0,31%	65 419,00	0,36%
	Ocupação da via pública	4 154,75	0,02%	7 131,96	0,04%	3 685,08	0,02%
	Caça, uso e porte de arma	303,47	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Saneamento (taxa de conservação)	141 280,42	0,78%	141 118,36	0,78%	8 961,37	0,05%
	Taxa depósito ficha técnica hab.	83,12	0,00%	204,89	0,00%	92,48	0,00%
	Multas e outras penalidades	65 879,81	0,36%	65 245,91	0,36%	142 754,15	0,79%
	Outros	9 096,28	0,05%	7 861,33	0,04%	8 335,40	0,05%
5	Rendimentos de Propriedade	805 879,95	4,44%	1 245 550,98	6,86%	997 888,49	5,50%
7	Vendas e Prestação de Serviços	2 465 038,07	13,58%	2 342 933,87	12,91%	2 866 137,03	15,79%
	Livros e documentação técnica	1 234,10	0,01%	1 485,30	0,01%	633,55	0,00%
	Publicações e impressos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	9,50	0,00%
	Sucata	7 808,16	0,04%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Água	1 063 455,22	5,86%	976 593,25	5,38%	991 532,21	5,46%
	Electricidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	9 510,81	0,05%
	Outros	52 616,16	0,29%	41 453,90	0,23%	3 970,03	0,02%
	Serviços sociais	270 558,27	1,49%	276 098,80	1,52%	270 287,44	1,49%
	Serviços culturais	18 223,80	0,10%	15 877,43	0,09%	20 583,20	0,11%
	Serviços desportivos	149 388,42	0,82%	153 352,39	0,84%	157 515,30	0,87%
	Saneamento	0,00	0,00%	970,86	0,01%	282 071,02	1,55%
	Resíduos Sólidos	495 297,42	2,73%	475 358,96	2,62%	690 107,04	3,80%
	Transportes escolares	9 235,56	0,05%	8 249,00	0,05%	9 047,00	0,05%
	Cemitérios	9 238,02	0,05%	7 648,05	0,04%	2 798,68	0,02%
	Parques de estacionamento	6 587,03	0,04%	4 348,42	0,02%	3 784,95	0,02%
	Outros (serviços auxiliares de água)	323 960,54	1,79%	325 864,18	1,80%	403 237,95	2,22%
	Outros	57 435,37	0,32%	55 633,33	0,31%	21 048,35	0,12%
6 e 10	Transferências Correntes e Capital	8 382 847,69	46,19%	10 044 208,04 €	55,34%	9 124 371,12	50,28%
	Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	6 746 546,00	37,17%	6 829 341,00	37,63%	7 025 852,00	38,71%
	Outras transferências do estado	1 414 293,11	7,79%	1 395 678,50	7,69%	1 424 746,23	7,85%
	Fundos comunitários	222 008,58	1,22%	1 819 188,54	10,02%	673 772,89	3,71%
9	Alienação de Património	215 188,28	1,19%	340 317,00	1,88%	305 762,38	1,68%
8,11,13 e 15	Outros	53 970,80	0,30%	30 985,75	0,17%	124 856,91	0,69%
	Total	16 296 795,19	100,00%	18 625 257,34	100,00%	18 148 508,38	100,00%

Quadro 10 - Evolução da Estrutura da Receita, variação 2015-2017

	2015	2016		2017	Variação 2017/2016	Variação 2017/2015
	Abs.	Abs.	Variação 2015/2016	Abs.		
1 Impostos Diretos	4.012.972,98	4.204.994,56	4,79%	4.355.308,96	3,57%	8,53%
Imposto Municipal sobre imóveis (IMI)	2.710.273,18	2.547.113,35	-6,02%	2.602.187,25	2,16%	-3,99%
Imposto Único de Circulação	529.152,78	548.489,92	3,65%	584.254,04	6,52%	10,41%
Imposto Municipal sobre transmissões (IMT)	399.146,18	569.139,90	42,59%	633.906,17	11,38%	58,82%
Derrama	356.873,44	540.251,39	51,38%	534.961,50	-0,98%	49,90%
Impostos Abolidos (sisa e contr. Autárquica)	17.527,40	0,00	-100,00%	0,00	0,00%!	-100,00%
2 Impostos Indiretos	61.360,47	124.817,95	103,42%	131.275,96	5,17%	113,94%
Loteamentos e obras	16.703,32	80.174,01	379,99%	102.664,72	28,05%	514,64%
Outros	44.657,15	44.643,94	-0,03%	28.611,24	-35,91%	-35,93%
4 Taxas, Multas e outras penalidades	299.536,95	291.449,19	-2,70%	242.907,53	-16,66%	-18,91%
Mercados e feiras	10.640,76	14.114,47	32,65%	13.660,05	-3,22%	26,37%
Loteamento e Obras	68.098,34	55.772,27	-18,10%	65.419,00	17,30%	-3,93%
Ocupação da via pública	4.154,75	7.131,96	71,66%	3.685,08	-48,33%	-11,30%
Caça, uso e porte de arma	303,47	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
Saneamento (taxa de conservação)	141.280,42	141.118,36	-0,11%	8.961,37	-93,65%	-93,66%
Taxa depósito ficha técnica hab.	83,12	204,89	146,50%	92,48	-54,86%	11,26%
Multas e outras penalidades	65.879,81	65.245,91	-0,96%	142.754,15	118,79%	118,69%
Outros	9.096,28	7.861,33	-13,58%	8.335,40	6,03%	-8,36%
5 Rendimentos de Propriedade	805.879,95	1.245.550,98	54,56%	997.888,49	-19,88%	23,83%
7 Vendas e Prestação de Serviços	2.465.038,07	2.342.933,87	-4,95%	2.866.137,03	22,33%	16,27%
Livros e documentação técnica	1.234,10	1.485,30	20,35%	633,55	-57,35%	-48,66%
Publicações e impressos	0,00	0,00	0,00%	9,50	-----	-----
Sucata	7.808,16	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
Água	1.063.455,22	976.593,25	-8,17%	991.532,21	1,53%	-6,76%
Eletricidade	0,00	0,00	0,00%	9.510,81	-----	-----
Outros	52.616,16	41.453,90	-21,21%	3.970,03	-90,42%	-92,45%
Serviços sociais	270.558,27	276.098,80	2,05%	270.287,44	-2,10%	-0,10%
Serviços culturais	18.223,80	15.877,43	-12,89%	20.583,20	29,64%	12,95%
Serviços desportivos	149.388,42	153.352,39	2,65%	157.515,30	2,71%	5,44%
Saneamento	0,00	970,86	-----	282.971,02	28953,73%	-----
Resíduos sólidos	495.297,42	475.358,96	-4,03%	690.107,04	45,18%	39,33%
Transportes escolares	9.235,56	8.249,00	-10,68%	9.047,00	9,67%	-2,04%
Cemitérios	9.238,02	7.648,05	-17,21%	2.798,68	-63,41%	-69,70%
Parques de estacionamento	6.587,03	4.348,42	-33,99%	3.784,95	-12,96%	-42,54%
Outros (serviços auxiliares de água)	323.960,54	325.864,18	0,59%	403.237,95	23,74%	24,47%
Outros	57.435,37	55.633,33	-3,14%	21.048,35	-62,17%	-63,35%
6 e 10 Transferências Correntes e Capital	8.382.847,69	10.044.208,04	19,82%	9.124.371,12	-9,16%	8,85%
Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	6.746.546,00	6.829.341,00	1,23%	7.025.852,00	2,88%	4,14%
Outras transferências do estado	1.414.293,11	1.395.678,50	-1,32%	1.424.746,23	2,08%	0,74%
Fundos comunitários	222.008,58	1.819.188,54	719,42%	673.772,89	-62,96%	203,49%
9 Alienação de Património	215.188,28	340.317,00	58,15%	305.762,38	-10,15%	42,09%
8, 11, 13 e 15 Outros	53.970,80	30.985,75	-42,59%	124.856,91	302,95%	131,34%
TOTAL	16.296.795,19	18.625.257,34	14,29%	18.148.508,38	-2,56%	11,36%

Salientamos, de seguida, as mais significativas variações de receita verificadas no confronto 2017-2016:

- Impostos diretos: acréscimo de 3,57%, este acréscimo em valor absoluto representa 55.073,90 €;
- Impostos indiretos: acréscimo de 5,17% (6.458,01€), incrementado essencialmente pela rúbrica “loteamentos e obras”
- Taxas: um decréscimo de 16,66% (48.541,66€), que representa essencialmente uma alteração no registo da receita “ Saneamento – Taxa de conservação”, que passou a ser registada na rúbrica de receita 07;
- Rendimentos de propriedade: decréscimo de 19,88% (-247.662,49€). Este decréscimo surge justificado pelo comportamento do valor das rendas de concessão e do rendimento do parque eólico de Chão de Falcão. A EDP Distribuição SA pagou o 4º trimestre da renda de 2015 em Janeiro de 2016, pelo que se registou uma renda a mais em 2016. Em 2017 foram registadas as rendas dos quatro trimestres;
- Vendas e prestação de serviços: crescimento de 22,43% (523.203,16€). Este crescimento decorre essencialmente da alteração da classificação da taxa de saneamento de 04 para 07 e “serviços auxiliares de água”;
- Transferências correntes e de capital: decréscimo de 9,16% (919.836,92€), decorrente essencialmente do comportamento da receita de fundos comunitários (-62,96%) em relação ao ano anterior. Nos fundos do Estado houve um ligeiro aumento;
- Outras receitas (classificações 08, 11, 13 e 15): acréscimo de 302,95% (93.871,16€). Neste particular fazemos notar que a receita da classificação 13 “Outras Receitas de Capital” com um valor de 96.975,00€ decorre de acionamento de garantias bancárias da obra “Requalificação do Edifício da Central Termoelétrica com polivalência funções culturais”;
- Na globalidade, a receita do Exercício de 2017 (excluída do saldo da gerência anterior) fixou-se em 18.148.508,38€, o que representou um decréscimo de 476.784,96€ (-2,56%) relativamente ao exercício de 2016;

Os gráficos e quadros seguintes habilitam à compreensão da estrutura da receita nos três últimos exercícios.

Gráfico 7 - Evolução da estrutura da receita, variação 2015-2017

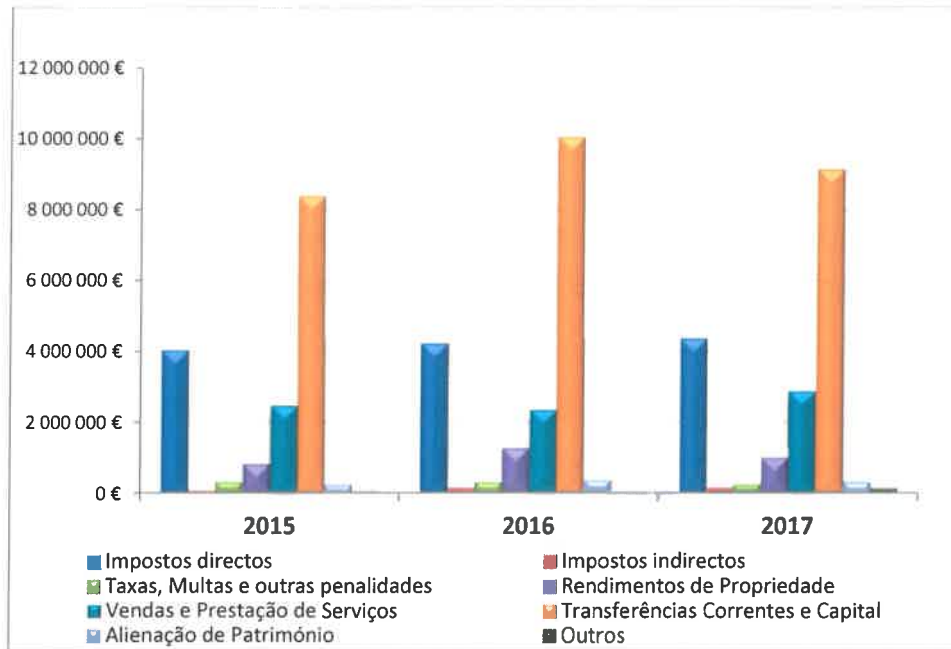
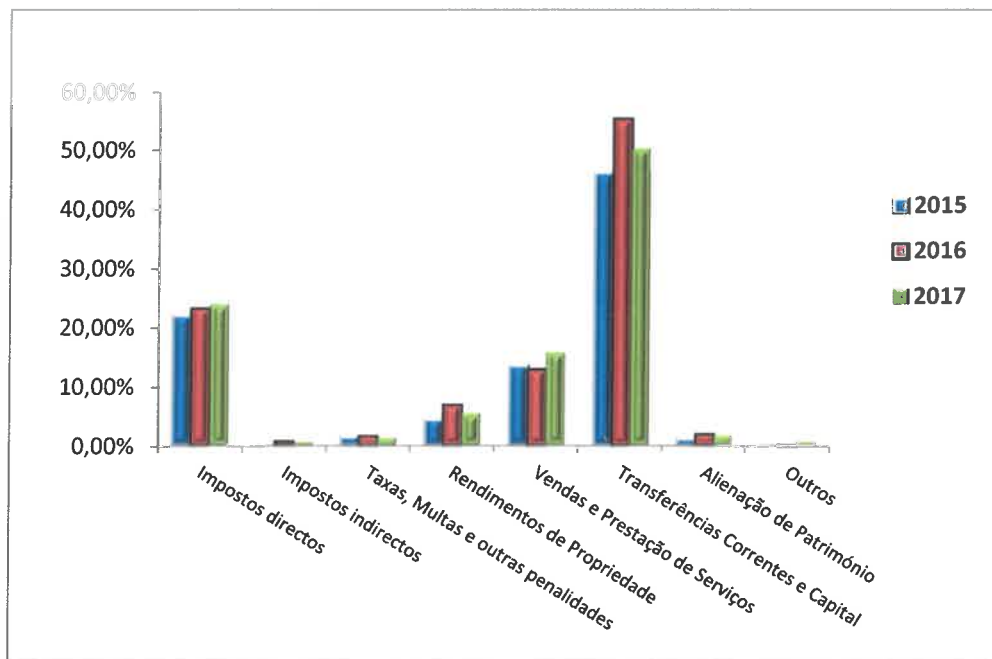


Gráfico 8 – Evolução da estrutura da receita, variação relativa 2015-2017

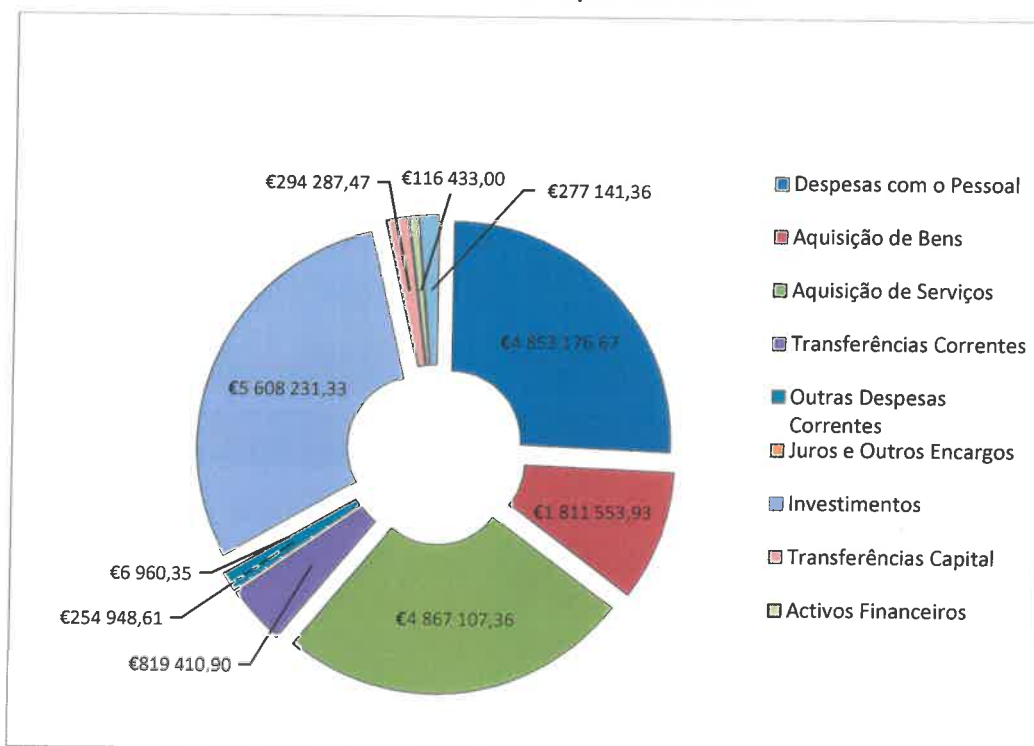


3.3 Execução Orçamental da Despesa

O Orçamento da Despesa atingiu um coeficiente de realização de 86,52%. De uma despesa total prevista de 21.855.861,76€ foram executados 18.909.250,98€.

No quadro infra estão descritas as componentes que fazem parte da despesa total deste Município durante o ano 2017.

Gráfico 9 - Estrutura da despesa total de 2017



Os quadros seguintes registam a evolução da estrutura da despesa corrente e de capital, no horizonte 2015 – 2017, o peso por rubricas e a sua variação.

Da análise da evolução da estrutura da despesa total, verificamos que as rubricas de maior peso na despesa corrente são a despesa com o pessoal (25,67%) e a aquisição de bens e serviços com um peso de 25,74%. Relativamente à despesa de capital a rubrica de maior peso é a Aquisição de bens de capital com 29,66%.

Quadro 11 – Evolução da estrutura da despesa, 2015 – 2017, peso por rubricas

	2015		2016		2017		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Despesa Corrente							
0101 01 e 0102 01	Despesas com o Pessoal	4 697 982,71€	28,87%	4 849 086,60€	26,91%	4 853 176,67€	25,67%
0102 0201 e 0101 02	Aquisição de Bens	1 620 298,99€	9,96%	1 640 932,62€	9,11%	1 811 553,93 €	9,58%
0102 0202 e 0101 02	Aquisição de Serviços	4 244 420,57€	26,08%	4 652 620,85€	25,82%	4 867 107,36 €	25,74%
0102 04	Transferências Correntes	736 597,29€	4,53%	790 084,89€	4,38%	819 410,90 €	4,33%
0102 06	Outras Despesas Correntes	101 972,73€	0,63%	141 550,17€	0,79%	254 948,61 €	1,35%
0102 e 0103 03	Juros e Outros Encargos	22 433,33€	0,14%	11 413,59€	0,06%	6 960,35 €	0,04%
Total da Despesa Corrente		11 423 705,62€	70,19%	12 085 688,72€	67,06%	12 613 157,82€	66,70%
Despesa de Capital							
0102 07	Investimentos	3 808 761,40€	23,40%	5 105 685,73€	28,33%	5 608 231,33 €	29,66%
0102 08	Transferências Capital	187 972,08€	1,15%	260 539,58€	1,45%	294 287,47 €	1,56%
0102 09	Ativos Financeiros	116 433,00€	0,72%	116 433,00€	0,65%	116 433,00 €	0,62%
0102 11	Outras despesas de capital	59 577,79€	0,37%	165 835,13€	0,92%	- €	0,00%
0103 10	Amortizações de Empréstimos	678 983,14€	4,17%	287 043,59€	1,59%	277 141,36 €	1,47%
Total da Despesa Capital		4 851 727,41€	29,81%	5 935 537,03€	32,94%	6 296 093,16€	33,30%
TOTAL DA DESPESA		16 275 433,03€	100,00%	18 021 225,75€	100,00%	18 909 250,98€	100,00%

Quadro 12 - Estrutura da despesa, variação 2015 - 2017

	2015 Abs.	2016		2017 Abs.	Variação 2017/2016	Variação 2017/2015	
		Abs.	Variação 2016/2015				
Despesa Corrente							
0101 01 e 0102 01	Despesas com o Pessoal	4 697 982,71€	4 849 086,60	3,22%	4 853 176,67 €	0,08%	3,30%
0102 0201	Aquisição de Bens	1 620 298,99€	1 640 932,62	1,27%	1 811 553,93 €	10,40%	11,80%
0102 0202 e 0101 02	Aquisição de Serviços	4 244 420,57€	4 652 620,85	9,62%	4 867 107,36 €	4,61%	14,67%
0102 04	Transferências Correntes	736 597,29€	790 084,89	7,26%	819 410,90 €	3,71%	11,24%
0102 06	Outras Despesas Correntes	101 972,73€	141 550,17	38,81%	254 948,61 €	80,11%	150,02%
0103 03	Juros e Outros Encargos	22 433,33€	11 413,59	-49,12%	6 960,35 €	-39,02%	-68,97%
Total da Despesa Corrente		11 423 705,62€	12 085 688,72€	5,79%	12 613 157,82€	4,36%	10,41%
Despesa de Capital							
0102 07	Investimentos	3 808 761,40€	5 105 685,73	34,05%	5 608 231,33 €	9,84%	47,25%
0102 08	Transferências Capital	187 972,08€	260 539,58	38,61%	294 287,47 €	12,95%	56,56%
0102 09	Ativos Financeiros	116 433,00€	116 433,00	0,00%	116 433,00 €	0,00%	0,00%
0102 11	Outras despesas de capital	59 577,79€	165 835,13	178,35%	0,00€	-100,00%	-100,00%
0103 10	Amortizações de Empréstimos	678 983,14€	287 043,59	-57,72%	277 141,36 €	-3,45%	-59,18%
Total da Despesa de Capital		4 851 727,41€	5 935 537,03	22,34%	6 296 093,16€	6,07%	29,77%
TOTAL DA DESPESA		16 275 433,03€	18 021 225,75€	10,73%	18 909 250,98€	4,93%	16,18%

Da análise do quadro supra relativa à variação da despesa total no horizonte 2015-2017, verificamos que a da despesa corrente registou um aumento de 4,36% relativamente ao ano 2016. A maior variação registou-se na rubrica de outras despesas correntes justificada pelo aumento das restituições dos impostos cobrados e na rubrica da taxa de gestão de resíduos que não existia no ano 2016.

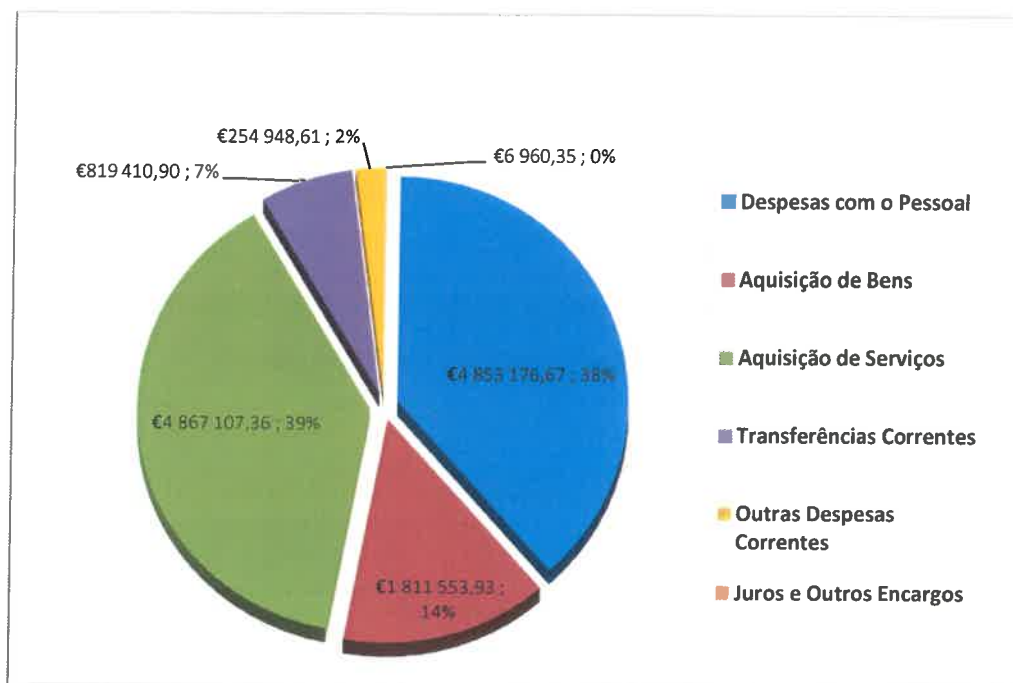
A execução da despesa apresenta-se, naturalmente, condicionada pela execução da receita. Como aliás não poderia deixar de ser.

3.3.1 Despesa Corrente

No ano 2017 a despesa corrente registou um valor de 12 613 157,82€ correspondente a um grau de execução de 90,46%.

No gráfico infra estão descritas as rubricas que compõem a despesa corrente no ano 2017.

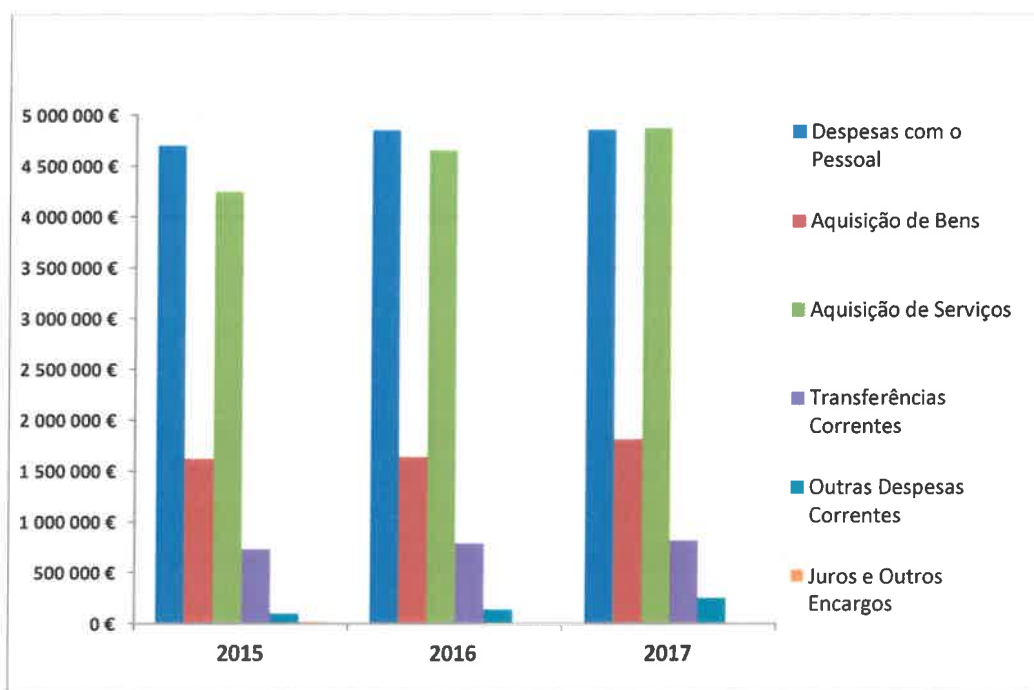
Gráfico 10 - Estrutura da despesa corrente de 2017



Constatamos que as componentes com maior peso são as despesas com aquisição de bens e serviços e despesas com pessoal, registando respetivamente os montantes de 4.867.107,36€ e 4.853.176,67€.

O gráfico seguinte representa a estrutura da despesa corrente, em leitura comparada do período 2015-2017 e a sua decomposição pelas diversas componentes.

Gráfico 11 - Evolução da despesa corrente, variação 2015-2017



A comparação com o período homólogo da **despesa corrente** permite-nos a apreciação infra relativamente às seguintes rubricas:

▪ **Despesa com o pessoal**

Nesta rubrica regista-se um acréscimo de 0,08% (4.090,07€). Detalhamos este decréscimo, já justificado no ponto 2.2. do presente relatório, no quadro seguinte:

Quadro 13 - Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2015-2017

Rúbricas da despesa com o pessoal				Variação homóloga					
	2015	2016	2017	2016/2015		2017/2016		2017/2015	
				Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Remunerações certas e permanentes:	3 612 759	3 680 562	3 717 397	67 803	1,88	36 836	1,00	104 638	2,90
Das quais "Subsídios de férias e de natal"	473 377	494 280	490 106	20 903	4,42	-4 174	-0,84	16 729	3,53
Abonos variáveis e eventuais	97 234	114 693	99 657	17 458	17,96	-15 036	-13,11	2 423	2,49
Dos quais "Trabalho extraordinário"	32 969	34 387	32 598	1 418	4,30	-1 789	-5,20	-371	-1,13
Segurança Social	987 990	1 053 832	1 036 122	65 843	6,66	-17 710	-1,68	48 133	4,87
TOTAL	4 697 983	4 849 087	4 853 177	151 104	3,22	4 090,07	0,08	155 194	3,30

▪ Despesa com aquisição de bens e serviços:

No quadro seguinte evidenciam-se as rubricas mais determinantes no comportamento da despesa de aquisição de bens e serviços

Quadro 14 – Rubricas relevantes na despesa de Aquisição de Bens e Serviços

Composição da despesa	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Variação 2017/2016
Aquisição de bens	1.405.920,56 €	1.449.050,64 €	1.566.237,38 €	8,09%
Matérias Primas e Subsidiarias	157.438,16 €	149.446,55 €	150.930,14 €	0,99%
Combustíveis e Lubrificantes	257.461,67 €	219.889,26 €	252.931,49 €	15,03%
Alimentação - Ref. Confeccionadas	482.479,80 €	449.018,75 €	418.152,56 €	-6,87%
Mercadoria para venda - Água	356.792,05 €	421.654,67 €	526.881,67 €	24,96%
Outros Bens	151.748,88 €	209.041,41 €	217.341,52 €	3,97%
Aquisição de Serviços	3.737.831,11 €	4.103.234,86 €	4.295.894,75 €	4,70%
Encargos de Instalações	1.200.557,94 €	1.585.062,95 €	1.529.168,53 €	-3,53%
Limpeza e Higiene	941.238,46 €	937.632,27 €	857.502,27 €	-8,55%
Locação de outros Bens	106.060,54 €	112.960,30 €	97.076,78 €	-14,06%
Conservação de bens	306.487,76 €	337.989,45 €	441.193,64 €	30,53%
Transportes Escolares	231.192,34 €	190.495,20 €	244.025,21 €	28,10%
Outros Trabalhos Especializados	719.353,41 €	627.963,37 €	665.769,18 €	6,02%
Outros Serviços	232.940,66 €	311.131,32 €	461.159,14 €	48,22%

Da análise do quadro supra, as rubricas onde se registou um aumento significativo da despesa são:

- Aquisição de bens: acréscimo de 8,09% (117.186,74€);
- Aquisição de serviços: acréscimo de 4,70% (192.659,89€). Este acréscimo vem justificado pelos seguintes comportamentos mais expressivos:
 - Conservação de Bens, com um valor de 441.193,64 teve um aumento de 30,53%, deve-se nomeadamente à rubrica das outras conservações e reparações, com um aumento de 82.917,22 face ao ano anterior;
 - Transportes escolares tiveram um aumento de 53.530,01€ o que representou um aumento de 28,10% em relação ao exercício de 2016;
 - Outros serviços, com um valor em 2017 de 665.769,18€, o que corresponde a um acréscimo de 150.027,82€ em relação ao exercício de 2016 representando um aumento de 48,22%. Este acréscimo deve-se nomeadamente às atividades extracurriculares que até junho de 2016 foram pagas pela rubrica de pessoal em regime de tarefa ou avença (aumento de 61.896,00€), nos serviços de jardinagem um aumento de 19.451,08€, nos prolongamentos e outros serviços.

10

Sofie
 Porto Mós
 Jairo
 Telo
 [Handwritten signatures]

▪ **Juros e outros encargos:**

Nesta rubrica verifica-se um decréscimo de 39% (-4.453,24€) resultante da evolução negativa das taxas de juros e do fim de pagamento de equipamento em sistema de “leasing” como vertido no quadro seguinte:

Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2015-2017

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Variação 2017/2015
Juros e outros encargos	22 433,33	11 413,59	6 960,35	-39%	-69%
Resultantes de endividamento de médio e longo prazo	19 542,51	9 251,47	5 310,22	-43%	-73%
Juros de locação financeira	1 345,23	297,81	0,00	-100%	-100%
Outros encargos financeiros	1 545,59	1 864,31	1 650,13	-11%	7%

▪ **Transferências correntes:**

Nesta rubrica regista-se um acréscimo de 3,71% correspondente a 29.326€.

▪ **Outras despesas correntes:**

Nesta rubrica regista-se um acréscimo de 80,11% correspondente a 113.398,44€

3.3.2 Despesa de Capital

No ano 2017 a despesa de capital registou um valor de 6.296.093,16€, correspondente a um grau de execução de 79,57%.

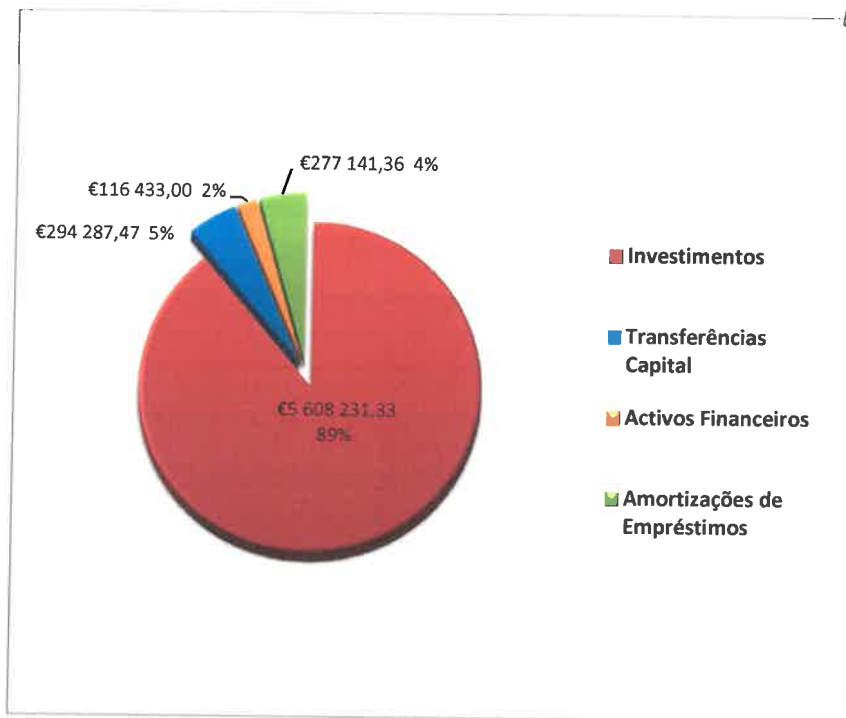
As rubricas com maior peso foram aquisição de bens de capital e transferências de capital, conforme se pode constatar no gráfico abaixo.

Sofia

[Handwritten signature]

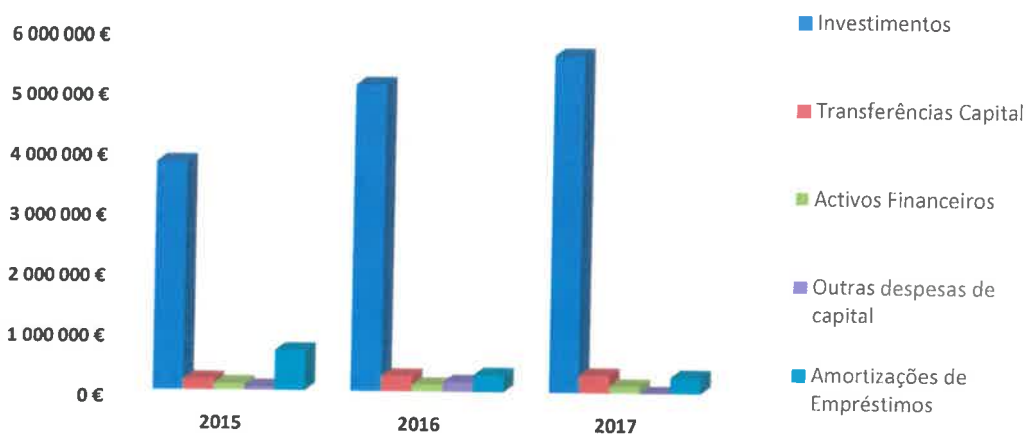
Teleg
Fauco
[Handwritten initials]

Gráfico 12 - Estrutura da despesa de capital de 2017



A despesa de capital registou um acréscimo de 6,07% equivalente a 360.556,13€ que se encontra evidenciada por rubrica no gráfico seguinte.

Gráfico 13 - Evolução da estrutura da despesa de capital, variação 2015-2017



Ao nível da despesa de capital:

- Investimentos: acréscimo de 9,84% (502.546,60€), mas se comparado com 2015 verifica-se um aumento de 47,25%;
- Transferências de capital: acréscimo de 12,95% (33.747,89€).
- Ativos financeiros: foi realizada despesa no valor de 116.433,00,00€, exclusivamente para realização da componente FAM que, no Exercício de 2017, coube ao Município de Porto de Mós;
- Amortizações de empréstimos: decréscimo de 3,45% (-9.902,23€). Este decréscimo é justificado, na substância, pelo fim de algumas operações de crédito recentemente.

No seu todo, a despesa paga do Exercício de 2017 fixou-se em 18.909.250,98€, representando um acréscimo de 4,93% (888.025,23€) relativamente à despesa de 2016.

3.4 Relacionamento da Despesa com a Receita

Nos próximos quadros e gráficos representamos a evolução e o relacionamento entre despesas (pagas) e receitas, correntes e de capital, ao longo dos últimos 3 anos.

Quadro 16 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2015 – 2017

	2015	2016	2017
RECEITA			
Receitas correntes	15 271 267,83	15 919 685,63	16 468 450,98
Receitas capital	1 024 492,63	2 705 468,31	1 679 058,27
Outras receitas	1 034,72	103,40	999,13
Total da receita	16 296 795,18	18 625 257,34	18 148 508,38
DESPESA			
Despesas correntes	11 423 705,62	12 085 688,72	12 613 157,82
Despesas capital	4 851 727,41	5 935 537,03	6 296 093,16
Total da despesa	16 275 433,03	18 021 225,75	18 909 250,98
Relacionamento			
Receita corrente / despesa corrente	133,68%	131,72%	130,57%
Receita de capital / despesa de capital	21,12%	45,58%	26,67%
Libertação de receita corrente para investimento	3 847 562,21	3 833 996,91	3 855 293,16

AM

Luís

Luís

Gráfico 14 - Evolução da receita, 2015 – 2017

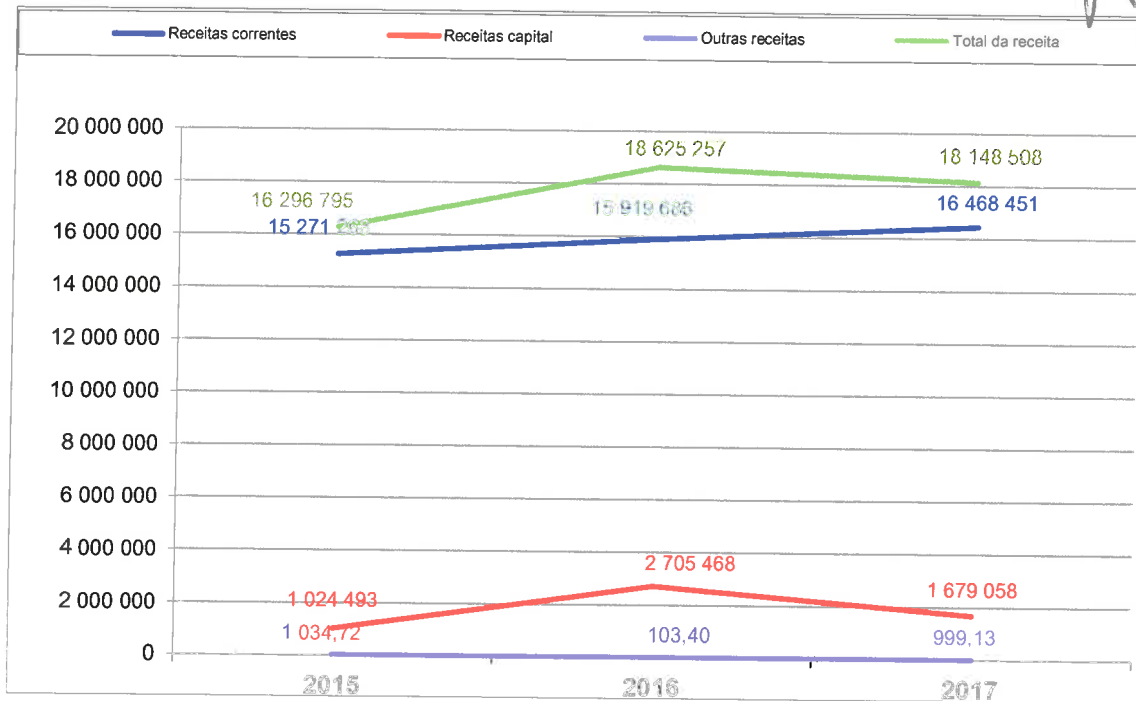


Gráfico 15 - Evolução da despesa, 2015 – 2017

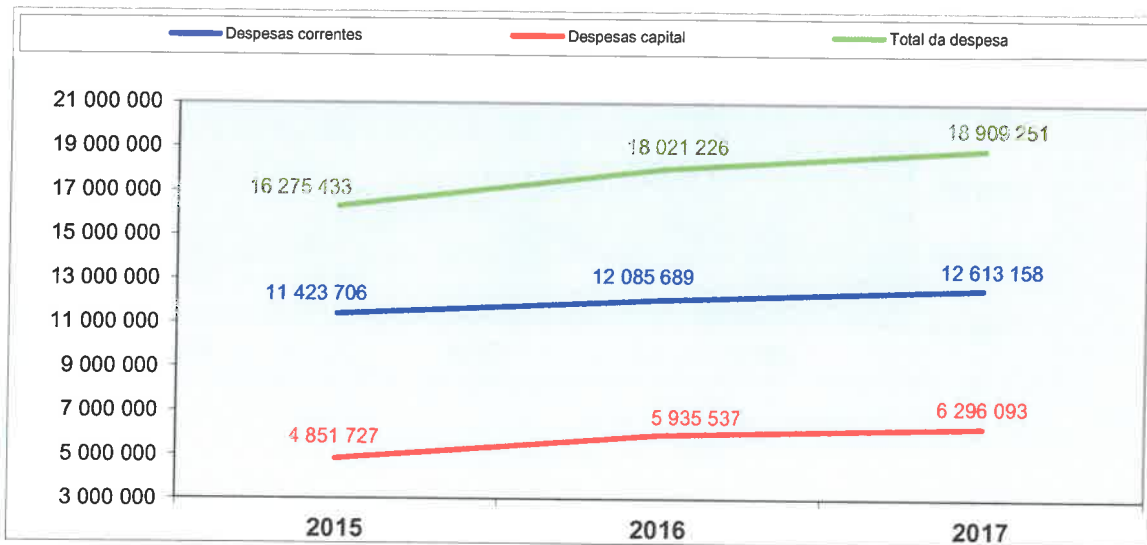


Gráfico 16 - Evolução da receita e da despesa corrente, 2015 – 2017

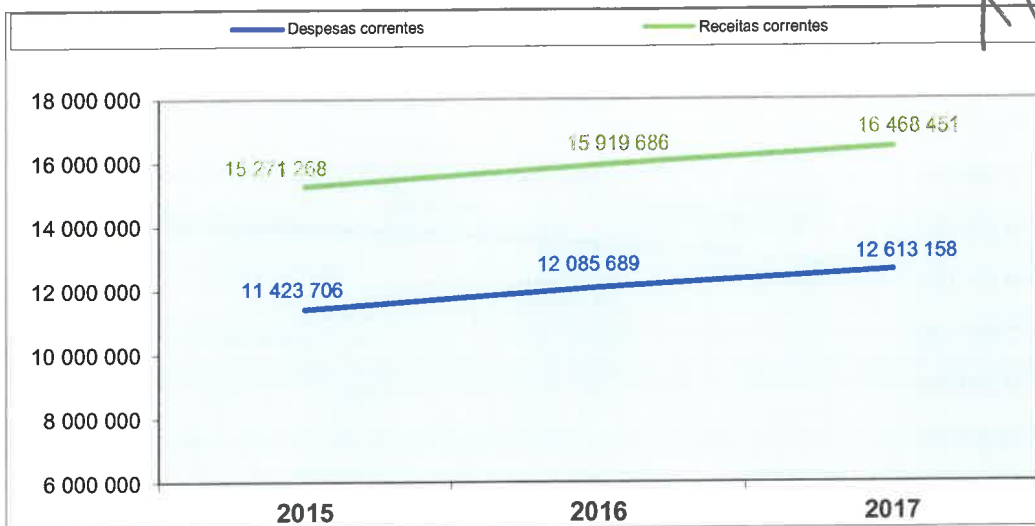
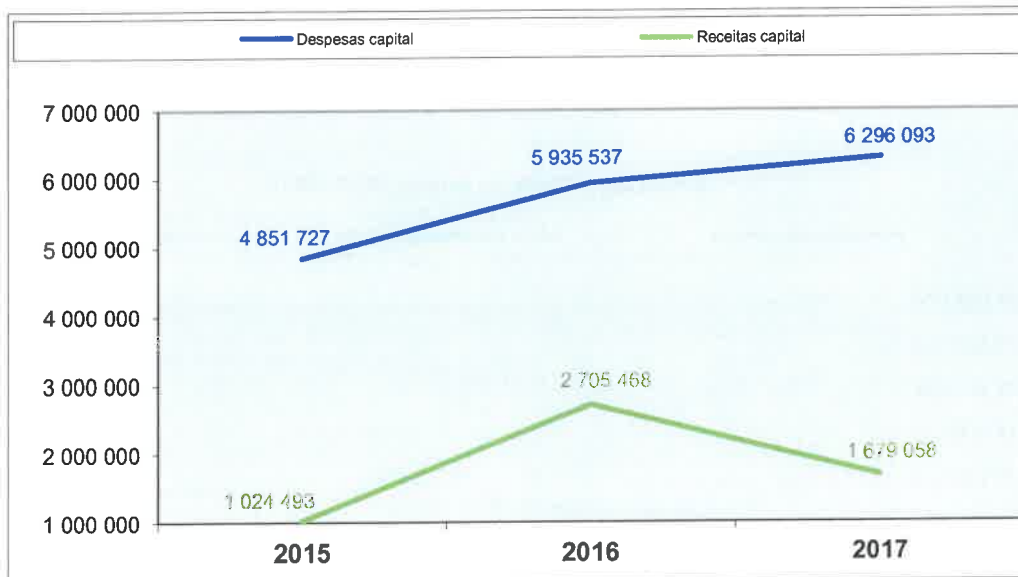


Gráfico 17 - Evolução da receita e da despesa de capital, 2015 – 2017

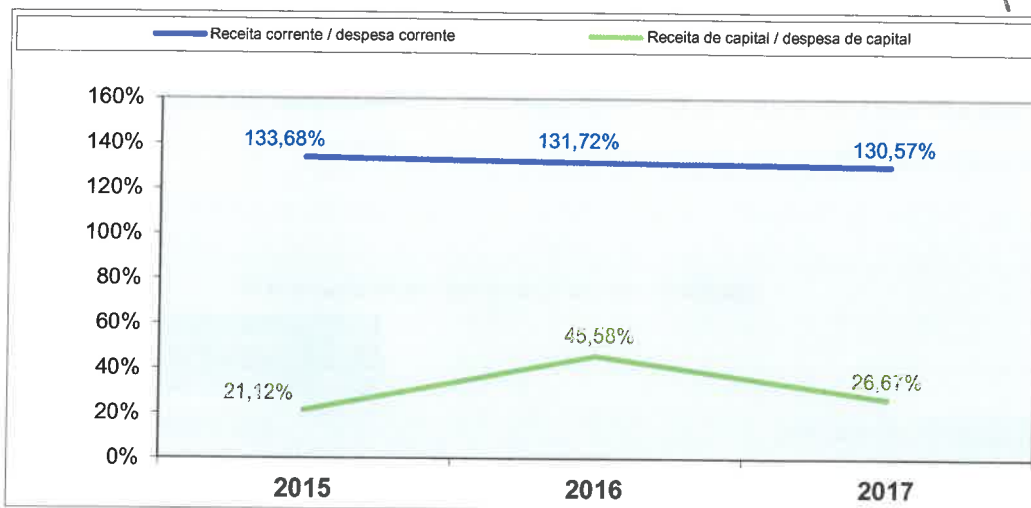


AFM

5410
Jaco
Tel...

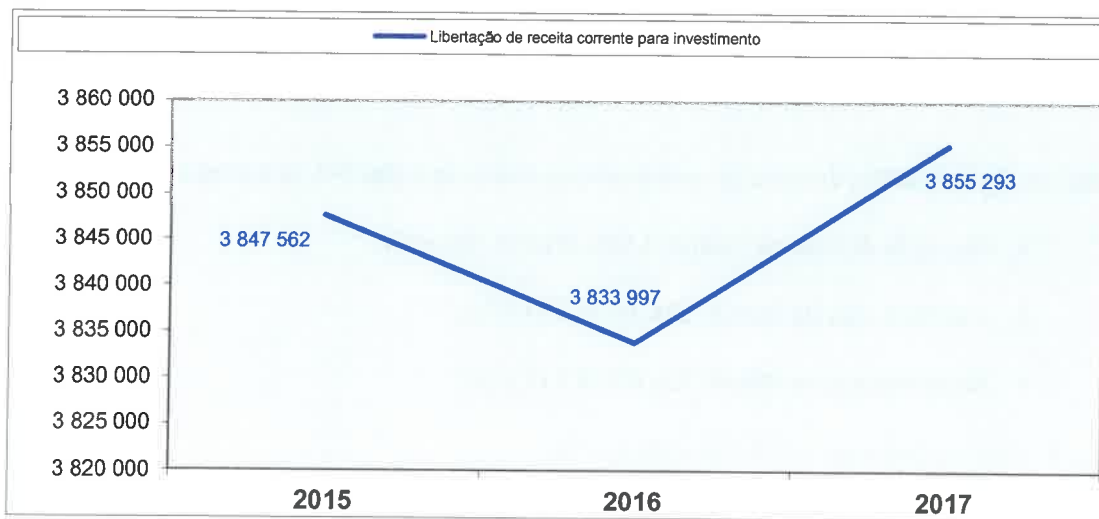


Gráfico 18 - Relacionamento da receita e da despesa da mesma natureza, 2015 – 2017



Handwritten signatures and initials.

Gráfico 19 - Receita corrente afeta a investimento, 2015 – 2017



Handwritten signatures and stamps:
 - Top right: "Sipe" in blue ink.
 - Middle right: "PORTO MOS" logo with a coat of arms.
 - Far right: "A" in blue ink.
 - Bottom right: "Jaco" in blue ink.
 - Several other illegible signatures in black and blue ink.

3.5 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

O quadro seguinte demonstra a poupança corrente e a libertação de recursos para investimento ou para outras despesas de capital. Considera-se, nesta análise, não apenas o diferencial entre receita corrente e despesa corrente, mas também os recursos disponibilizados pelo saldo da gerência anterior e por outras receitas.

Quadro 17 - Estrutura da receita e da despesa de 2017

	Execução orçamental 2017	
Saldo da gerência anterior	2 870 413,76	(a)
Receita corrente	16 468 450,98	(b)
Receita de capital	1 679 058,27	(c)
Outras receitas	999,13	(d)
Total da receita	18 148 508,38	
Despesa corrente	12 613 157,82	(e)
Despesa de capital	6 296 093,16	(f)
Total da despesa	18 909 250,98	
Saldo para a gerência seguinte	2 109 671,16	(g)
Libertação de receita corrente para despesa de capital: (a + b + d - e)		6 726 706,05

No Exercício de 2017 a despesa de capital atingiu o valor de 6.296.093,16 €, com a seguinte repartição:

- Aquisição de bens de capital: 5.608.231,33€ (29,66%);
- Transferências de capital: 294.287,47€ (1,56%);
- Ativos financeiros (FAM): 116.434,00€ (0,62%);
- Passivos financeiros 277.141,36 € (1,47%).
- O saldo do Exercício fixou-se em 2.109.671,16 €;

Os quadros seguintes evidenciam a execução das Grandes Opções do Plano, com uma despesa total de 9,334M€.

Quadro 18 - Execução das Grandes Opções do Plano

João


Objetivos	Previsto	Comprom.	% C/Pre	Realizado	% do total realizado	% R/Pre	Pago	%do Total Pago	% P/Pre
1 Funções Gerais	624.784,56 €	596.618,00 €	95,49	596.618,00 €	6,35	95,49	594.671,20 €	6,37	95,18
111 Administração Geral	271.425,21 €	259.197,91 €	95,50	259.197,91 €	2,76	95,50	259.001,11 €	2,77	95,42
120 Segurança e Ordem Públicas	5.600,00 €	73,80 €	1,32	73,80 €	0,00	1,32	73,80 €	0,00	1,32
121 Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	347.759,35 €	337.346,29 €	97,01	337.346,29 €	3,59	97,01	335.596,29 €	3,60	96,50
2 Funções Sociais	8.020.845,03 €	6.799.288,66 €	84,77	6.383.356,48 €	67,99	79,58	6.332.136,37 €	67,83	78,95
210 Educação	10.000,00 €	4.475,31 €	44,75	4.475,31 €	0,05	44,75	4.403,97 €	0,05	44,04
211 Ensino Básico	1.341.805,33 €	1.248.300,52 €	93,03	1.246.527,32 €	13,28	92,90	1.246.527,32 €	13,35	92,90
212 Serviços Auxiliares de Ensino	1.002.002,17 €	937.314,81 €	93,54	891.053,79 €	9,49	88,93	866.501,18 €	9,28	86,48
220 Saúde	20.000,00 €	20.000,00 €	100,00	20.000,00 €	0,21	100,00	20.000,00 €	0,21	100,00
232 Ação Social	132.435,03 €	122.777,07 €	92,71	113.174,08 €	1,21	85,46	112.761,22 €	1,21	85,14
242 Ordenamento do Território	1.159.341,13 €	1.156.384,46 €	99,74	1.002.213,56 €	10,67	86,45	1.002.213,56 €	10,74	86,45
243 Saneamento	1.204.698,22 €	1.203.840,31 €	99,93	1.122.881,88 €	11,96	93,21	1.122.881,88 €	12,03	93,21
244 Abastecimento de Água	634.107,40 €	629.173,70 €	99,22	572.784,70 €	6,10	90,33	567.532,60 €	6,08	89,50
245 Resíduos Sólidos	865.039,00 €	859.634,00 €	99,38	850.862,07 €	9,06	98,36	845.524,18 €	9,06	97,74
246 Proteção do Meio Ambiente e Conservação. da Natureza	59.240,00 €	57.114,45 €	96,41	57.114,45 €	0,61	96,41	49.426,95 €	0,53	83,44
251 Cultura	1.386.813,35 €	375.953,79 €	27,11	317.949,08 €	3,39	22,93	311.023,67 €	3,33	22,41
252 Desporto, Recreio e Lazer	165.743,00 €	161.231,06 €	97,28	161.231,06 €	1,72	97,28	160.250,66 €	1,72	96,60
253 Outras Atividades Cívicas	39.620,40 €	23.089,18 €	58,28	23.089,18 €	0,25	58,28	23.089,18 €	0,25	58,28
3 Funções Económicas	2.015.155,90 €	1.992.430,37 €	98,87	1.935.205,26 €	20,61	96,03	1.935.205,26 €	20,73	96,03
320 Indústria e Energia	62.257,20 €	53.934,09 €	86,63	39.124,88 €	0,42	62,84	39.124,88 €	0,42	62,84
330 Transportes e Comunicações	1.586.839,73 €	1.582.701,78 €	99,74	1.540.285,88 €	16,41	97,07	1.540.285,88 €	16,50	97,07
341 Mercados e feiras	239.375,97 €	239.361,50 €	99,99	239.361,50 €	2,55	99,99	239.361,50 €	2,56	99,99
342 Turismo	10.000,00 €	- €	0,00	- €	0,00	0,00	- €	0,00	0,00
351 Investimentos financeiros	116.683,00 €	116.433,00 €	99,79	116.433,00 €	1,24	99,79	116.433,00 €	1,25	99,79
4 Outras Funções	499.000,00 €	477.424,80 €	95,68	473.462,47 €	5,04	94,88	472.693,45 €	5,06	94,73
420 Transferências entre Administrações	499.000,00 €	477.424,80 €	95,68	473.462,47 €	5,04	94,88	472.693,45 €	5,06	94,73
TOTAL	11.159.785,49 €	9.865.761,83 €	88,40	9.388.642,21 €	100	84,13	9.334.706,28 €	100	83,65

Site

Jaco
Relatório
HA

Em 2017 atingimos, ao nível das Grandes Opções do Plano, uma taxa de comprometimento de 88,40%, com uma taxa de realização de 84,13%, sendo a taxa de pagamento de 83,65%.

Gráfico 20 - Execução das Grandes Opções do Plano, por funções

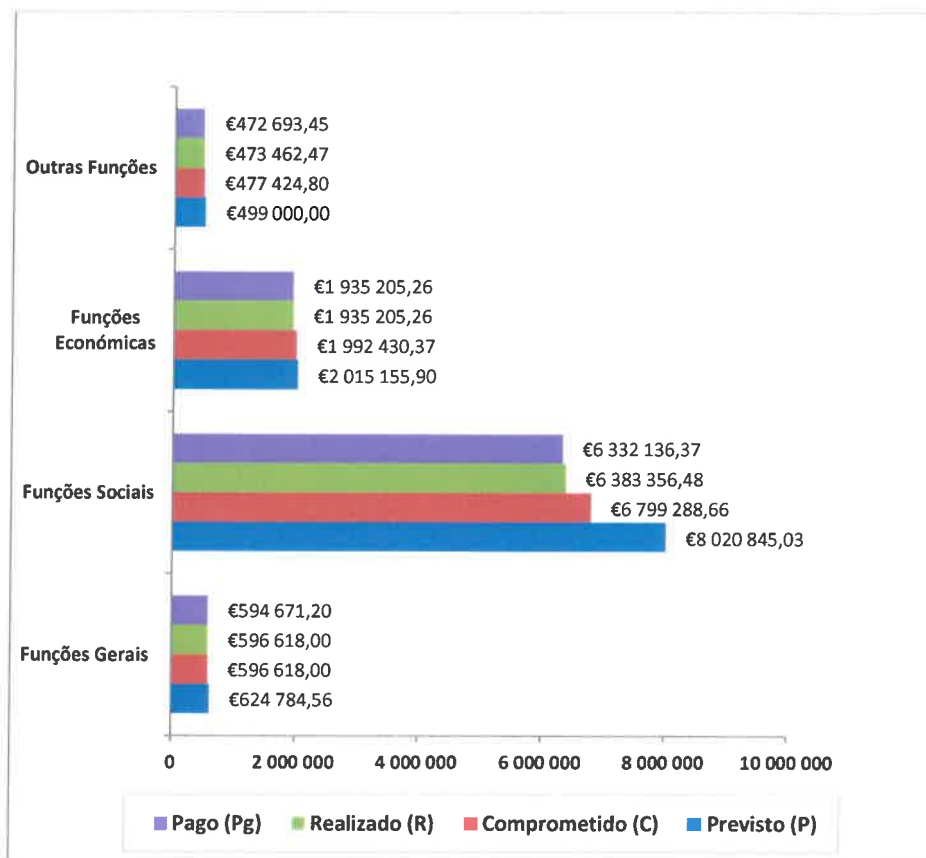


Gráfico 21 - Execução das Grandes Opções do Plano, por objetivos

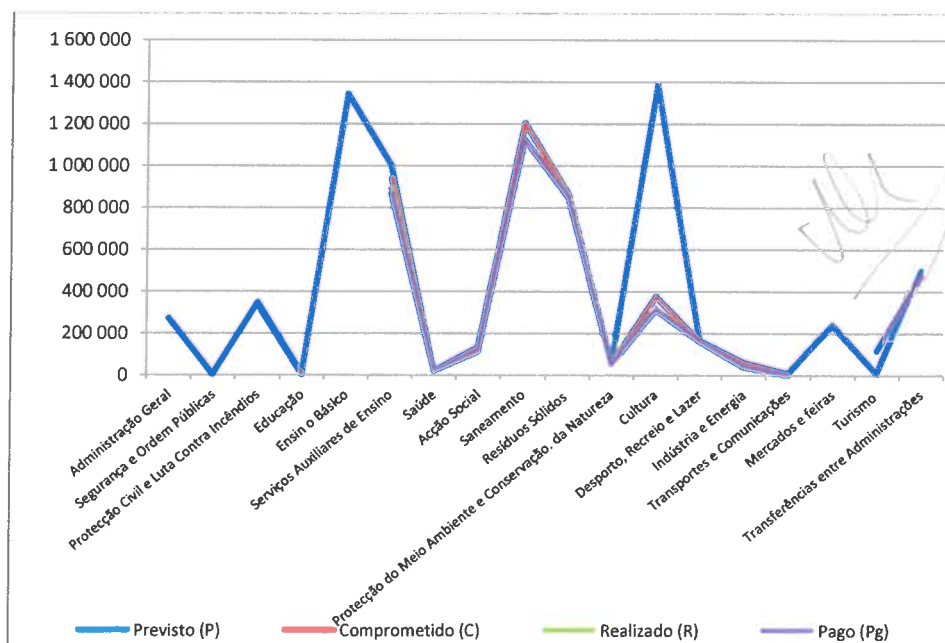


Gráfico 22 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos/previsto), por funções

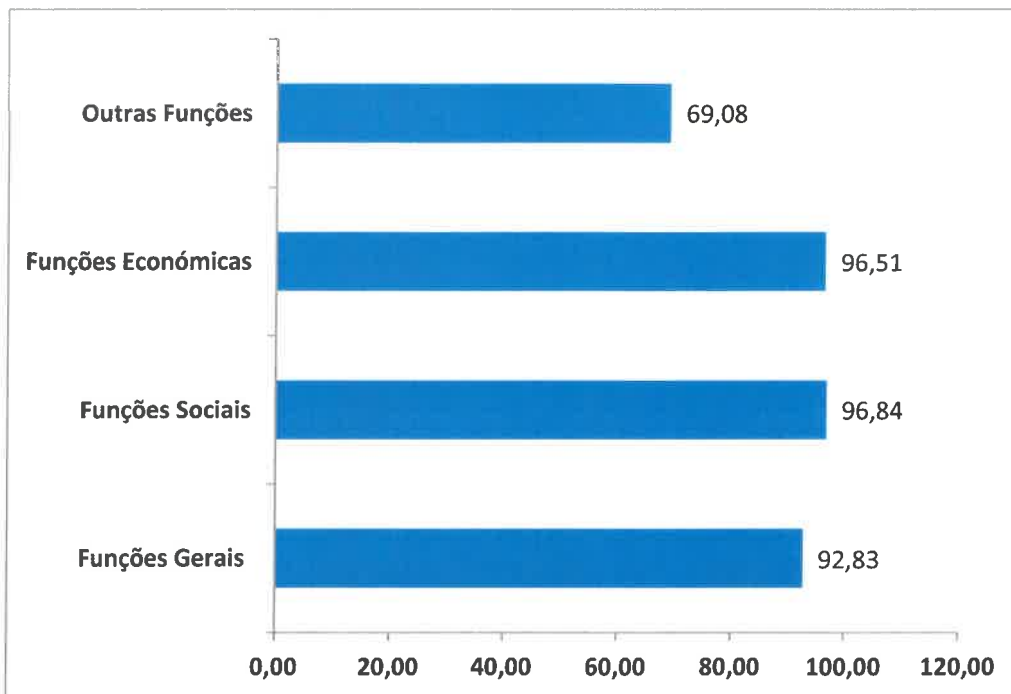
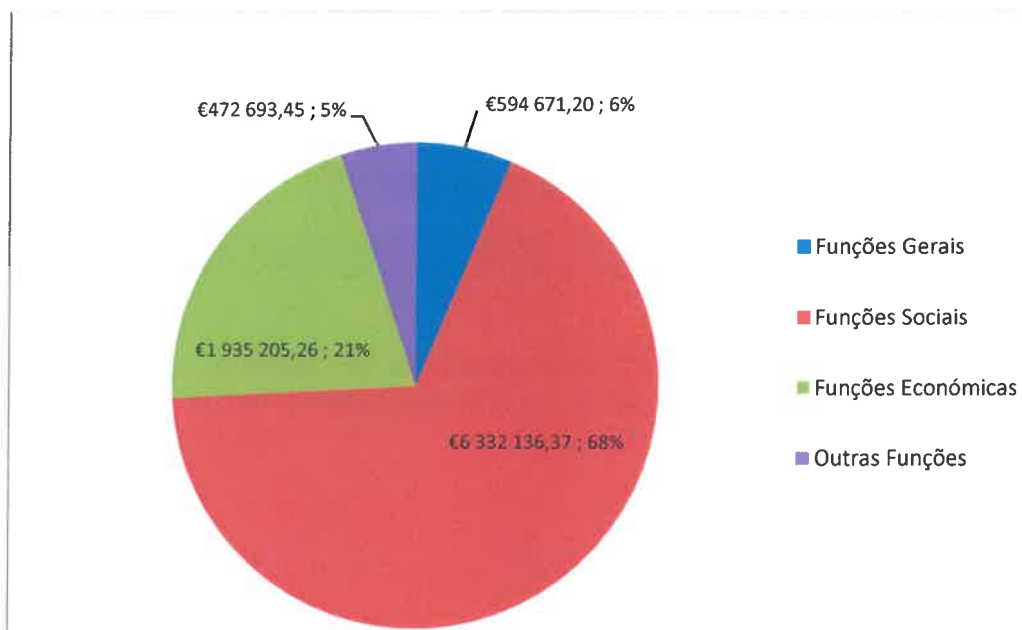


Gráfico 23 – Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos), peso por função



3.6 Execução Orçamental do Plano do Plurianual de Investimentos

O quadro seguinte expressa a execução do Plano Plurianual de Investimentos, por funções e objetivos

Quadro 19 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1 Funções Gerais	398 534,56	373 212,43	93,65	373 212,43	6,64	93,65	373 015,63	6,65	93,60
111 Administração Geral	271 425,21	259 197,91	95,50	259 197,91	4,61	95,50	259 001,11	4,62	95,42
121 Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	121 509,35	113 940,72	93,77	113 940,72	2,03	93,77	113 940,72	2,03	93,77
2 Funções Sociais	4 889 750,72	3 780 377,07	77,31	3 432 702,97	61,03	70,20	3 416 443,44	60,92	69,87
210 Educação Jardins de Infância	10 000,00	4 475,31	44,75	4 475,31	0,08	44,75	4 403,97	0,08	44,04
211 Ensino Básico	1 312 075,33	1 221 241,86	93,08	1 219 468,66	21,68	92,94	1 219 468,86	21,74	92,94
242 Ordenamento do Território e Urbanismo	1 159 341,13	1 156 384,46	99,74	1 002 213,56	17,82	86,45	1 002 213,56	17,87	86,45
243 Saneamento	524 084,46	523 777,75	99,94	446 341,46	7,94	85,17	446 341,46	7,96	85,17
244 Abastecimento de água	634 107,40	629 173,70	99,22	572 784,70	10,18	90,33	567 532,60	10,12	89,50
245 Resíduos Sólidos	12 539,00	7 134,00	56,89	7 134,00	0,13	56,89	7 134,00	0,13	56,89
246 Proteção do Meio Ambiente e Conservação. da Natureza	59 240,00	57 114,45	96,41	57 114,45	1,02	96,41	49 426,75	0,88	83,43
251 Cultura	1 161 100,00	167 941,41	14,46	110 036,70	1,96	9,48	106 788,11	1,90	9,20
252 Desporto, Recreio e Lazer	15 443,00	11 313,73	73,26	11 313,73	0,20	73,26	11 313,73	0,20	73,26
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas	1 820,40	1 820,40	100	1 820,40	0,03	100	1 820,40	0,03	100
3 Funções Económicas	1 898 472,90	1 875 997,37	98,82	1 818 772,26	32,34	95,80	1 818 772,26	32,43	95,80
320 Indústria e Energia	62 257,20	53 934,09	86,63	39 124,88	0,70	62,84	39 124,88	0,70	62,84
330 Transportes e Comunicações	1 586 839,73	1 582 701,78	99,74	1 540 285,88	27,38	97,07	1 540 285,88	27,46	97,07
341 Mercados e Feiras	239 375,97	239 361,50	99,99	239 361,50	4,26	99,99	239 361,50	4,27	99,99
342 Turismo	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7 186 758,18	6 029 586,87	83,90	5 624 687,66	100,00	78,26	5 608 231,33	100	99,71

Em matéria de investimento, no ano de 2017 atingimos uma taxa de comprometimento de 83,90%, com uma taxa de realização de 78,26%, sendo a taxa de pagamento de 99,71%.

3.7 Execução Orçamental das Atividades Mais Relevantes

No quadro seguinte, a execução das Atividades Mais Relevantes, por funções e objetivos.

Quadro 20 - Execução das Atividades Mais Relevantes

Objetivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% Do total pago	% Pg/P
1 Funções Gerais	226 250,00€	223 405,57€	98,74	223 405,57€	5,94	98,74	221 655,57€	5,95	97,97
111 Administração Geral	0,00€	0,00€	0,00	0,00€	0,00	0,00	0,00€	0,00	0,00
121 Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	226 250,00€	223 405,57€	98,74	223 405,57€	5,94	98,74	221 655,57€	5,95	97,97
2 Funções Sociais	3 131 094,31€	3 018 911,59€	96,42	2 950 653,51€	78,39	94,24	2 915 693,03€	78,24	93,12
211 Ensino Básico	29 730,00€	27 058,66€	91,01	27 058,66€	0,72	91,01	27 058,66€	0,73	91,01
212 Serviços Auxiliares de Ensino	1 002 002,17€	937.314,81€	93,54	891.053,79 €	23,67	88,93	866.501,18 €	23,25	86,48
220 Saúde	20 000,00€	20 000,00€	100,00	20 000,00€	0,53	100,00	20 000,00€	0,54	100,00
232 Ação Social	132 435,03€	122 777,07€	92,71	113 174,08€	3,01	85,46	112 761,32€	3,03	85,14
243 Saneamento	680 613,76€	680 062,56€	99,92	676 540,42€	17,97	99,40	676 540,42€	18,15	99,40
245 Resíduos Sólidos	852 500,00€	852 500,00€	100,00	843 728,07€	22,42	98,97	838 390,18€	22,50	98,34
251 Cultura	225 713,35€	208 012,38€	92,16	207 912,38€	5,52	92,11	204 235,56€	5,48	90,48
252 Desporto, Recreio e Lazer	150 300,00€	149 917,33€	99,75	149 917,33€	3,98	99,75	148 936,93€	4,00	99,09
253 Outras atividades cívicas e religiosas	37 800,00 €	21 268,78 €	56,27	21 268,78 €	0,57 €	56,27	21 268,78 €	0,57	56,27
3 Funções Económicas	116 683,00€	116 433,00€	99,79	116 433,00€	3,09	99,79	116 433,00€	3,12	99,79
351 Investimentos financeiros	116 683,00 €	116 433,00 €	99,79	116 433,00 €	3,09	99,79	116 433,00 €	3,12	99,79
4 Outras funções	499 000,00 €	477 424,80 €	95,68	473 462,47 €	12,58	94,88	571 388,72 €	12,68	114,51
420 Transferências entre administrações	499 000,00 €	477 424,80 €	95,68	473 462,47 €	12,58	94,88	571 388,72 €	12,68	114,51
TOTAL	3 973 027,31€	3 836 174,96€	96,56	3 763 954,55€	100	94,74	3 726 475,05€	100	93,79

No que diz respeito às Atividades Mais Relevantes, destacamos o comprometimento de 83,12%, uma taxa de realização de 82,94%, e os pagamentos com uma percentagem de 82,41%. A taxa de pagamentos (Pg) / realizado (R) atingiu os 99,37%.

3.8 Evolução da Dívida

A evolução da dívida, pontuada a 31 de Dezembro dos últimos 6 anos, regista-se no quadro infra:

Quadro 21 - Evolução da dívida

QUADRO EVOLUTIVO DA DÍVIDA						
	31DEZ2012	31DEZ2013	31DEZ2014	31DEZ2015	31DEZ2016	31DEZ2017
Empréstimo a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo Médio Longo Prazo	4.259.663,72	3.642.289,21	3.238.729,92	2.559.746,78	2.272.703,19	1.988.867,41
(a) Dívida à banca	4.259.663,72	3.642.289,21	3.238.729,92	2.559.746,78	2.272.703,19	1.988.867,41
Fornecedores C/C	88.922,95	367.914,46	147.851,67	279.948,98	201.063,79	204.219,41
Fornecedores de Imobilizado	7.950,68	42.718,51	11.375,10	35.235,82	16.367,68	19.383,15
Estado e outros entes públicos	43.246,73	53.693,05	119.340,79	121.242,56	153.008,19	117.208,43
Administração Autárquica	27.076,95	39.740,30	24.660,97	882,84	17.098,10	7.046,50
Outros Credores	578.722,88	523.578,16	540.865,09	653.831,79	729.521,02	699.313,73
Leasing	170.306,40	110.346,54	48.835,67	11.969,75	0,00	0,00
FAM			815.030,02	698.597,02	582.164,02	465.731,02
(b) Dívida comercial, OT e FAM	916.226,59	1.137.991,02	1.707.959,31	1.801.708,76	1.699.222,80	1.512.902,24
(c) Dívida de operações de tesouraria (-)	617.933,32	567.854,76	599.150,71	705.691,22	814.289,30	736.265,07
(d) Dívida de FAM (-)	0,00	0,00	815.030,02	698.597,00	582.164,02	465.731,02
(e) Dívida administrativa e responsabilidades contingentes						
DÍVIDA TOTAL (a+b+c-d+e)	4.557.956,99 €	4.212.425,47 €	3.532.508,50 €	2.957.167,32 €	2.575.472,67 €	2.299.773,56 €
Redução da dívida		345.531,52	679.916,97	575.341,18	381.694,65	275.699,11
		7,58%	16,14%	16,29%	12,91%	10,70%

A dívida à banca registava, a 31DEZ2017 e relativamente a 31DEZ2016, um decréscimo de 283.835,78€ (-20,53%).

A dívida a fornecedores e a outros credores (Dívida comercial, OT e FAM), que apresenta um registo de 1.113.041,86€, evidencia um decréscimo de 8.050,74€ (-0,72%) relativamente ao ano anterior. De salientar que a redução deste stock de dívida apresenta elevada rigidez, dada a sua própria natureza; com efeito:

- 198.556,55€ respeitam a operações de tesouraria, estando, portanto, excluída das operações orçamentais e tendo cobertura integral no saldo de operações de tesouraria refletido nos fluxos de caixa;
- 348.104,71€ respeitam ao FAM sendo que a sua subscrição está legalmente programada, conforme o quadro seguinte;

Quadro 22 – Cronograma de subscrição do FAM

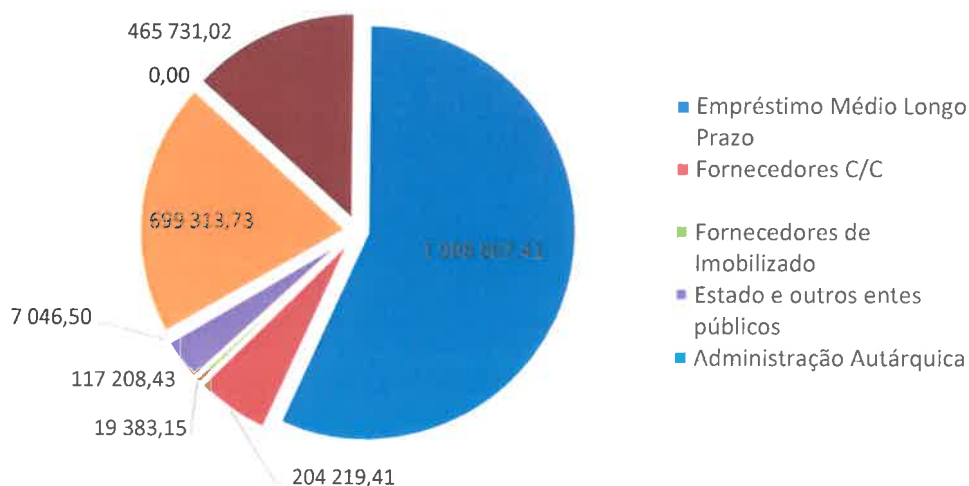
	Subscrição do FAM							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Contribuição do Município de Porto de Mós para o FAM	116 433,00	116 433,00	116 433,00	87 324,75	58 216,50		29 108,25	0,00
							Subscrição realizada	349 299,00
							Subscrição a realizar	174 649,50
							TOTAL	523 948,50

A dívida total da Autarquia, que atingia em 31 DEZ16 o valor de 3.971925,99 €, apresenta, em 31DEZ2017, uma redução de 470.156,34 €, (- 11,84%), fixando-se em 3.501.769,65 €.

Gráfico 24 - Evolução da dívida, 2012-2017



Gráfico 25 - Estrutura da dívida de 2017



3.9 Posição Face aos Limites de Endividamento

Os limites de endividamento estão hoje fixados do RFALEI e resultam em limites à dívida total, ponderado também o contributo das entidades participadas, no conceito do Artigo 52.º daquele regime.

Deste novo enquadramento legal, resultou, para o Município de Porto de Mós e para o Exercício de 2017, um limite à dívida total fixado em 20.901.496,48 €. O quadro seguinte demonstra a posição anual, ao longo da vigência do RFALEI, ante aquele limite.

Quadro 23 – Posição do limite face à dívida total

Endividamento Municipal 2017 - artº 52º Lei 73/2013, de 03/09	
	Receita corrente líquida cobrada
2014	15 306 666,65 €
2015	15 257 550,14 €
2016	15 902 657,80 €
	46 466 874,59 €
Média	15 488 958,20 €
Limite 2017	23 233 437,30 €
Dívida a considerar em 31/12/2017	2 331 940,82 €
Dividas a Instituições de Crédito -MLP	1 703 920,04 €
Dividas a Instituições de Crédito - CP	284 947,37 €
Fornecedores c/c	204 219,14 €
Fornecedores em Conferencia	- €
Fornecedores imobilizados	19 383,15 €
Estado Outros Entes Públicos	117 208,43 €
Administração autárquica	7 046,50 €
Outros	699 313,73 €
FAM	
Contribuição do SM, AM e SEL (1)	32 167,53 €
Operações Tesouraria	736 265,07 €
SALDO	20 901 496,48 €

(1) Entidades contribuem para o endividamento

AIRC	9 138,37 €
Mapicentro, Sa	- €
CIMRL	964,70 €
CEPAE – Centro de Património da Estremadura	- €
ANMP	404,56 €
Open Associação para Oport. De negócios	- €
WRC, Agência de Desenv. Regional, EIM, S.A.	856,84 €
ADAE – Associação de Desenvolvimentos da Alta Estremadura	15 129,29 €
ADSAICA – Associação Desenv. Serra D’Aire e Candeeiros	5 030,47 €
ENERDURA – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	643,31 €
TOTAL	32 167,53 €

Ao longo do Exercício, foi possível operar uma redução da dívida total da Autarquia, da ordem dos 278,729 €, circunstância que assegurou que em 31DEZ2017 existisse margem para endividamento na ordem dos 20.901.496,48 €.

3.10 Responsabilidades Contingentes

Tendo por base o conceito de «Responsabilidades contingentes», como dimanado da alínea i) do Artigo 2.º do RFALEI, cumpre registar:

Nada a considerar neste item, no ano em análise.

3.11 Indicadores de Gestão e de Execução Orçamental

Apresentamos um conjunto de indicadores de gestão e de execução orçamental, obtidos com base nos Documentos de Prestação de Contas.

Quadro 24 - Indicadores de gestão e de Execução Orçamental 2014 – 2017

Rácios (%)	2014	2015	2016	2017
Liquidez Geral Ativo Circulante / Passivo a Curto Prazo	548,51%	487,59%	377,06%	338,98%
Liquidez Reduzida (Ativo Circulante-Existências) / Passivo a Curto Prazo	359,83%	337,07%	281,42%	244,73%
Liquidez Imediata Disponibilidades / Passivo a Curto Prazo	318,52%	269,43%	242,76%	196,47%

Rácios (%)	2014	2015	2016	2017
Autonomia Financeira Fundos Próprios / Ativo Líquido	70,92%	73,18%	74,29%	74,96%
Solvabilidade Fundos Próprios / Passivo Total	243,90%	272,91%	287,00%	299,31%

Rácios (%)	2014	2015	2016	2017
Impostos Diretos / Receita Corrente	26,30%	26,28%	26,41%	26,45%
Transferência Correntes / Receitas Correntes	48,76%	49,88%	48,24%	47,66%
Transferência Capital / Receita Capital	88,17%	74,77%	87,42%	75,97%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	14,45%	16,14%	14,72%	17,40%
Receitas Correntes / Receitas Totais	86,04%	82,36%	76,20%	90,74%
Receita de Capital / Receita Total	11,86%	5,53%	12,95%	9,26%
Despesa Pessoal / Despesa Corrente	40%	41%	40%	41%

Investimento / Despesa Capital	78%	79%	86%	88%
Despesa Corrente / Despesa Total	74%	70%	67%	64%
Despesa Capital / Despesa Total	26%	30%	33%	36%
Despesa Pessoal / Receita Corrente	30%	31%	30%	29%
Transferências OE / Despesa Total	41%	41%	38%	40%
Receita Corrente / Despesa Corrente	133%	134%	132%	144%
Receita Capital / Despesa Capital	53%	21%	46%	26%
Receita Total / Despesa Total	114%	114%	116%	102%
Investimento / População Residente	129,37 €	156,47 €	209,75 €	230,39 €
Investimento / Área Municipal (KM2)	11 883,51 €	14 372,68 €	19 266,74 €	21 163,14 €
Despesa Total / População Residente	639,83 €	668,62 €	740,33 €	730,40 €

(*) Considerou-se População residente 24.342 Habitantes (Censos 2011)

(*) Considerou-se área Municipal 265 Km²

Rácios (%)	2014	2015	2016	2017
Endividamento Dividas a terceiros CMLP / Ativo Líquido a)	11,65%	9,96%	8,51%	7,26%
Estrutura do Endividamento Dividas a terceiros CP / Ativo Líquido a)	2,10%	2,52%	3,16%	3,01%
Grau de dependência Empréstimos Empréstimos / Ativo Líquido a)	7,63%	5,85%	4,73%	4,13%

a) Não são considerados os Bens de Domínio Público

3.12 Consolidação de Contas

As regras de consolidação de contas foram revistas pelo RFALEI. Nos termos do seu Artigo 75.º, os Municípios são entidade consolidante e devem apresentar contas consolidadas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta.

A presunção de controlo é aferida pela verificação dos seguintes pressupostos:

- Quanto a serviços municipalizados e intermunicipalizados: a sua detenção, total ou maioritária;
- Quanto a entidades de natureza empresarial: a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. Deverão ainda ser consolidadas as contas das empresas, na proporção da respetiva participação ou detenção, independentemente da percentagem de participação ou detenção que o Município detenha.

c) Quanto a entidades de outra natureza:

- i) A verificação de pressupostos de poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
- ii) A verificação de pressupostos de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

d) A existência de poder de controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- i) A faculdade de vetar os orçamentos;
- ii) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- iii) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- iv) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- v) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Neste novo figurino legal, e tomando por referência o quadro de participações municipais existente em 31DEZ2016, mapeia-se a responsabilidade de consolidação nos termos do quadro seguinte:

Quadro 25 – Perímetro da consolidação, nos termos do RFALEI

Identificação da entidade		Caracterização da entidade			Presunção de controlo conforme o Artigo 75.º do RFALEI		Proporção da participação ou detenção	Montante da participação ou detenção
NIPC	Designação	Tipo de entidade	CAE	Capital Próprio	Classificação	Objeto de consolidação?		
Entidades societárias								
NIPC	Designação	Tipo de entidade	CAE	Capital Próprio	Classificação	Objeto de consolidação?	Proporção da participação ou detenção	Montante da participação ou detenção
5136061 81	AdCL - Águas do Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	37002	94 652 655,08 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,20%	81 055,00 €
5038118 66	Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.	Sociedade Anónima	38212		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	4,33%	
5060536 28	WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	Sociedade Anónima	63990	388 886,00 €	N.º 6 do Artigo 75.º	Sim	0,55%	7 500,00 €
5016389 38	Mapicentro Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos, S.A.	Sociedade Anónima	10110	500,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,01%	230,00 €

Entidades não societárias							
5016274 13	ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	94110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,32%
5061258 90	Open - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,10%
5080355 46	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	Comunidade Intermunicipal	94995		Entidade consolidante	Não	10,00%
5050747 37	ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	5,44%
5025008 67	ADSAICA - Associação de Desenvolvimento de Serra de Aire e Candeeiros	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	91042		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	10,00%
5013786 69	AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Associação de Municípios de fins específicos	63110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	3,09%
5037250 99	Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	13,33%

No quadro de participações registadas, a obrigatoriedade de consolidação de contas, no Exercício de 2016, coloca-se apenas relativamente à participada WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., por ser empresa local e a consolidação de impor independentemente da percentagem de participação ou detenção, nos termos do n.º 6 do Artigo 75.º do RFALEI.

Os documentos de prestação de contas consolidadas do Exercício de 2016 serão submetidos à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Junho de 2018, nos termos do n.º 2 do Artigo 76.º do RFALEI.

3.13 Contabilidade de custos

Em cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, este Município tem desenvolvido desde o ano 2008 o sistema de contabilidade de custos.

Com o decorrer do tempo, tem sido melhorado e ajustado à realidade operacional da organização. Tem evoluído em termos de abrangência e em qualidade de informação importante para a tomada de decisão do executivo municipal. Atualmente esta fonte de dados uteis à gestão verifica-se nas áreas da educação, das águas e de outros serviços com centros de custos criados para responder às necessidades crescentes.

Ao longo do ano 2017, continuou-se a melhorar e aprofundar este sistema de contabilidade, o que permitiu o apuramento dos custos do Município por bens e serviços.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

Repartição dos Custos

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

A imputação dos custos indiretos efetua-se, após o apuramento dos custos diretos por função, através de coeficientes.

Estabelece o Ponto 2.8.3 do POCAL que:

1. o coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções;
2. o coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada bem e serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Procedemos à análise dos custos por funções. A estrutura das funções adotada no âmbito da contabilidade de custos é semelhante à classificação funcional da despesa apresentada nos pontos 2.5.1 e 10.1 do POCAL.

Existem quatro funções: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e outras Funções, cujos custos se apresentam no seguinte quadro:

Quadro 26 - Apuramento de custos por função

Funções	Custos Totais		Variação	Peso das Funções no Total dos Custos	
	2016	2017		2016	2017
1 Funções Gerais	3 121 432,22	3 712 250,91	18,93%	20,42%	20,83%
111 Administração geral	2 878 652,17	3 415 218,11	18,64%	18,83%	19,16%
120 Segurança e ordem públicas	15 744,24	13 508,52	-14,20%	0,10%	0,08%
121 Proteção civil e luta contra incêndios	227 035,81	283 524,28	24,88%	1,49%	1,59%
2 Funções Sociais	9 080 699,79	10 922 119,57	20,28%	59,40%	61,28%
210 Educação	2 029 519,89	2 851 429,89	40,50%	13,28%	16,00%
212 Serviços auxiliares de ensino	947 724,04	989 973,98	4,46%	6,20%	5,55%
220 Saúde	18 362,10	31 398,24	70,99%	0,12%	0,18%
232 Ação social	275 308,98	382 154,16	38,81%	1,80%	2,14%
242 Ordenamento do Território	151 979,98	140 936,03	-7,27%	0,99%	0,79%
243 Saneamento	1 106 931,95	1 120 868,91	1,26%	7,24%	6,29%
244 Abastecimento de água	1 352 599,76	1 836 002,72	35,74%	8,85%	10,30%
245 Resíduos sólidos	998 598,29	958 291,91	-4,04%	6,53%	5,38%
246 Proteção meio ambiente e cons. natureza	517 668,78	511 758,02	-1,14%	3,39%	2,87%
251 Cultura	860 892,67	1 103 626,52	28,20%	5,63%	6,19%
252 Desporto, recreio e lazer	775 419,93	964 271,11	24,35%	5,07%	5,41%
253 Outras atividades cívicas e religiosas	45 693,42	31 408,08	-31,26%	0,30%	0,18%
3 Funções Económicas	2 785 515,50	2 869 340,39	3,01%	18,22%	16,10%
320 Indústria e energia	868 194,16	872 590,09	0,51%	5,68%	4,90%
331 Transportes rodoviários	1 885 326,17	1 971 612,61	4,58%	12,33%	11,06%
341 Mercados e feiras	27 388,82	25 137,69	-8,22%	0,18%	0,14%
342 Turismo	4 606,35	0,00	-100,00%	0,03%	0,00%
4 Outras Funções	299 010,29	319 360,64	6,81%	1,96%	1,79%
410 Operações da dívida autárquica	0,00	3 761,57	0,00%	0,00%	0,02%
420 Transferências entre Administrações	299 010,29	315 599,07	5,55%	1,96%	1,77%
Total	15 286 657,80	17 823 071,51	16,59%		

Da análise do quadro supra, apuramento de custos por função, verificamos que se registou um aumento de 16,59% dos custos totais, cerca de 2.536.413,71€.

De referir que as funções com maior relevância nos custos totais do Município são as funções sociais. Dentro destas tem maior peso a educação, com 16,00%, seguida do abastecimento de água. As funções gerais representaram, no ano 2016, 20,83% dos custos totais. Dentro das funções económicas, a que tem maior peso é a relacionada com os transportes rodoviários com cerca de 11,6% dos custos totais.

07/27/18

date

laura

PORTO
MÓS

3.14 Resultado Líquido do Exercício

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se seja aprovado o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 563.466,73 € e que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

- Que o mesmo seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados;
- Que a conta 59 – Resultados Transitados reforce as Reservas Legais no montante de 56.346,67€ (10% do resultado líquido);
- Que o saldo da conta 51-Património, por ser superior ao limite mínimo imposto pelo POCAL (20,00% do Ativo Líquido), não seja objeto de reforço.

Município de Porto de Mós, 31 de Março de 2018,

O Presidente da Câmara,

(José Jorge Couto Vala)